



Projecto de Estratégia e Plano de Acção de Gestão de Riscos de Desastres da SADC (2022 - 2030)



Índice

PREFÁCIO	4
SUMÁRIO EXECUTIVO	5
1.0	INTRODUÇÃO 7
1.1	Antecedentes 8
1.2	Coordenação da Gestão dos Riscos de Desastres 8
2.0	PERFIL INDICATIVO REGIONAL DE RISCOS DE DESASTRES 11
3.0	ESTRATÉGIA E PLANO DE ACÇÃO 14
3.1	Fundamentação da Estratégia 14
3.2	Orientação Estratégica 17
4.0	ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO 21
4.1	Visão 22
4.2	Missão 22
4.3	Objectivo Estratégico 22
4.4	Metas 22
5.0	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS 23
5.1	Melhorar a compreensão dos riscos de desastres 24
5.1.1	Objectivos 24
5.1.2	Acções Regionais 25
5.2	Reforçar a governação e a institucionalização da gestão de riscos de desastres 25
5.2.1	Objectivos 27
5.2.1	Acções Regionais 27
5.3	Investir na gestão dos riscos de desastres para fins de resiliência 27
5.3.1	Objectivos 29
5.3.2	Acções Regionais 29
5.4	Inovação e gestão do conhecimento a nível regional 30
5.4.1	Objectivos 30
5.4.2	Acções Regionais 31
5.5	Maior resiliência face a riscos de desastres e melhor reconstrução. 31
5.5.1	Objectivos 32
5.1.2	Acções Regionais 32
6.0	MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO 32
7.0	MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO 33
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 51

LISTA DE ACRÓNIMOS

ASDRR	Estratégia Africana para a Redução de Riscos de Desastres
CUA	Comissão da União Africana
CCA	Adaptação às Alterações Climáticas
COP	Comunidade de Partes
CSC	Centro de Serviços Climáticos
DRM	Gestão de Riscos de Desastres
DRMSAP	Estratégia e Plano de Acção de Gestão de Riscos de Desastres da SADC
RRD	Redução de Riscos de Desastre
DRRU	Unidade de Redução de Riscos de Desastres
ERT	Equipa de Resposta a Emergências
FMD	Febre Aftosa
PIB	Produto Interno Bruto
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ICP	Parceiros de Cooperação Internacional
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
IMS	Sistema de Gestão de Informação
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas
M&A	Monitorização e Avaliação
MHEWS	Sistema de Aviso Prévio de Múltiplos Riscos
NAP	Planos Nacionais de Adaptação
NAMA	Medidas de Mitigação Adequadas a Nível Nacional
PdA	Programa de Acção
PPP	Parceria Público-Privada
PRM	Mecanismo de Revisão pelos Pares
CER	Comunidade Económica Regional
RIASCO	Comité Permanente Interinstitucional Regional
RID	Desenvolvimento com Conhecimento dos Riscos
RISDP	Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional
RVAA	Programa de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade Regional
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SARCOF	Fórum Regional de Previsão Climática da África Austral
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
SFDRR	Quadro de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres
SHOC	Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da SADC
SIMEX	Exercícios de Simulação
PON	Procedimentos Operacionais Normalizados
UNFCCC/CQNUAC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas

PREFÁCIO

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) enfrenta uma vasta gama de desastres naturais, quer únicos, quer combinados, e riscos induzidos pelo homem, tais como secas, inundações, deslizamentos de terras, doenças humanas e animais, pragas, terremotos e incêndios, que têm impacto e reduzem a plena realização dos benefícios da Visão 2050 da SADC. Os impactos dos ciclones tropicais Idai e Kenneth, a persistente insegurança alimentar e a pandemia da COVID-19 demonstraram o aumento da magnitude e frequência, bem como a gravidade e interligação dos riscos e dos impactos em cascata. Embora os perigos estejam frequentemente associados às diversas circunstâncias geoclimáticas da região, existem outros choques que continuamente constituem riscos para o desempenho socioeconómico, bem como vulnerabilidades no seio das nossas comunidades e populações.

A gestão do risco de desastres (DRM) na região tem sido reactiva e provisória devido a deficiências na governação dos riscos, e no desenvolvimento de quadros de resposta, limitações dos mecanismos institucionais, investimentos inadequados na redução dos riscos de desastres (RRD), falta de desenvolvimento com conhecimento dos riscos e de gestão do conhecimento relacionado com alterações climáticas.

Para responder a este desafio, a Região da SADC elaborou a Estratégia e Plano de Acção de Gestão de Riscos de Desastres da SADC, 2022-2030. A Estratégia aponta a necessidade da adopção de abordagens abrangentes de gestão de riscos de desastres e de gestão do conhecimento, aprimorando e reforçando as instituições, em particular o recentemente operacionalizado Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da SADC (SHOC), para também promoverem o desenvolvimento e a implementação de quadros de coordenação transfronteiriços, o desenvolvimento de capacidades, investimentos em RRD, parcerias e criação de resiliência. A Estratégia comporta um Plano de Acção Geral de Redução de Riscos de Desastres e um quadro de monitorização que visam promover uma maior eficácia em termos de aviso prévio, preparação, resposta, recuperação e equidade de género, resiliência urbana, gestão ambiental e questões relativas a adaptação climática, tudo isto ancorado nos princípios e práticas de Desenvolvimento com Conhecimento dos Riscos.

Peritos em RRD de todos os 16 Estados-Membros da região e várias partes interessadas e Parceiros de Cooperação Internacional deram contributos inestimáveis ao longo do processo de formulação desta Estratégia que fundamentaram a versão final da Estratégia. Aguardo com expectativa a plena implementação da Estratégia para contribuir para a adopção de medidas mais eficazes rumo a uma Região resiliente face a desastres.



ELIAS MAGOSI
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO SECRETARIADO DA SADC

SUMÁRIO EXECUTIVO

Anualmente a região da África Austral faz face a impactos de desastres naturais e eventos climáticos extremos que resultam na perda de vidas humanas, destruição de infra-estruturas críticas, e anulam os ganhos de desenvolvimento económico e social. Estes riscos manifestam-se em ocorrências únicas ou híbridas tais como secas, ciclones tropicais, inundações e doenças e epidemias, bem como distúrbios sísmicos que causam destruição de infra-estruturas e perda de vidas. Em 2016, mais de 15 por cento (40 milhões de pessoas) da população da região fez face a insegurança alimentar decorrente do impacto da seca induzida pelo El Niño. Conjugados os impactos da COVID-19 e dos preços instáveis dos alimentos, este número aumentou para 55,6 milhões de pessoas (em 12 Estados-Membros) na estação chuvosa de 2021/2022, indicativo do agravamento das vulnerabilidades na região e denotando a natureza interdependente e sistémica dos riscos. Os impactos das secas crónicas e das intensas inundações repentinas desafiam as capacidades de planeamento e desenvolvimento regional e nacional a vários níveis. A redução dos impactos de tais riscos e desastres requer um esforço concertado, coordenado e sustentado de uma vasta gama de actores, a nível mundial, regional, nacional e local, incluindo as comunidades vulneráveis e marginalizadas.

Na sequência dos impactos de vários riscos de desastres na região, incluindo a seca de 2015/2016, e os impactos dos ciclones tropicais Idai e Kenneth ocorridos em 2019, na sua reunião de Fevereiro de 2020, os Ministros responsáveis pela Gestão de Riscos de Desastres observaram que a Estratégia e Fundo da SADC de Preparação e Resposta em Situações de Emergência (2016-2030) não estava plenamente alinhada com o Quadro de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres 2015-2030 (SFDRR). Além disso, a Estratégia não aborda outras questões emergentes, incluindo o Acordo de Paris e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Por outro lado, a Estratégia e Fundo da SADC de Preparação e Resposta em Situações de Desastres (2016-2030) não tem um quadro de implementação que permita o acompanhamento dos progressos. A este respeito, os Ministros instruíram o Secretariado para rever a Estratégia e formular a Estratégia e Plano de Acção Regional de Gestão de Riscos de Desastres (DRMSAP), 2022-2030. Neste contexto, o Secretariado da SADC, em conjunto com os Estados-Membros procedeu à formulação de uma Estratégia e Plano de Acção de Redução de Riscos de Desastres para implementação de 2022 a 2030. A DRMSAP visa orientar o alcance de eficiência e eficácia na prática da Gestão do Risco de Desastres (DRM), tendo em consideração a equidade de género, a resiliência urbana, a gestão ambiental, o desenvolvimento com conhecimento dos riscos e a adaptação ao clima.

A Estratégia foi formulada com base, entre outros, na Agenda 2063: A África que Queremos, na Visão 2050 da SADC, no Plano de Implementação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2020-2030, bem como no Quadro de Resiliência da SADC 2020-2030 e em outros instrumentos sectoriais regionais, nomeadamente, a Estratégia de Gestão e Mitigação do Risco de Secas, a Estratégia e Plano de Acção da SADC para o Combate às Alterações Climáticas 2020-2030, a Política de Género da SADC

e o Plano de Implementação da Política Agrícola Regional, etc. Tudo isto tem como premissa a redução dos impactos dos desastres naturais e dos riscos relacionados com o homem para a integração regional e a melhoria da gestão dos riscos de desastres em prol da resiliência regional através da consecução dos seguintes resultados finais:

1. **Resultado Final 1:** Esforços coordenados e eficazes de resposta e de recuperação para fazer face ao impacto das mudanças climáticas, desastres, pandemias e pragas migratórias.
2. **Resultado Final 2:** Reforçada a gestão e mitigação dos efeitos de desastres na região.
3. **Resultado Final 3:** Reforçadas as avaliações multissetoriais dos riscos de desastre e o grau de preparação para situações de desastres.
4. **Resultado Final 4:** Investimento acrescido na redução dos riscos de desastres, para facilitar a adaptação climática e a resiliência comunitária.
5. **Resultado Final 5:** Reforçadas as intervenções regionais e nacionais de recuperação dos efeitos de desastres (reconstruir melhor).

Prevê-se que estes resultados sejam alcançados através de um conjunto de cinco áreas prioritárias, nomeadamente:

1. Prioridade 1: Compreensão dos riscos de desastres;
2. Prioridade 2: Reforço da governação e institucionalização dos riscos de desastres;
3. Prioridade 3: Investimento na redução dos riscos de desastres;
4. Prioridade 4: Inovação e gestão do conhecimento a nível regional; e
5. Prioridade 5: Reforço da criação de resiliência em intervenções de recuperação de riscos de desastre (reconstruir melhor)

1.0 INTRODUÇÃO

A SADC continua a enfrentar múltiplos desastres que aumentam de forma crescente a quantidade de populações vulneráveis na região da SADC. Com um total estimado de 370 milhões de pessoas, a percentagem da população total que vive abaixo ou no limiar da pobreza é de 41,6% (Análise da População Mundial, 2022). Em 2021, 47,6 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar, o que representa um aumento de 5,5% face a 2020, uma cifra 34,3% acima da média quinquenal (SADC, 2021). Em meados de 2022, estimou-se que cerca de 55,6 milhões de pessoas (15% da população total da região), de ambas zonas urbanas e rurais, estavam em insegurança alimentar (SADC, RVAA 2022).

De acordo com o 6º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) publicado em 2021, a região da África Austral regista e continuará a registar um aumento de impactos severos relacionados com o clima. Os efeitos de La Niña, tal como projectados pelo Fórum Regional de Previsão Climática da África Austral (SARCOF-25) em Julho de 2021, tiveram um impacto variado em toda a região, com algumas áreas a registarem precipitação superior à normal, enquanto outras tiveram períodos de seca severa, e alguns Estados-Membros registaram atrasos ou mudanças de condições climáticas normais (SADC, 2022). Áreas como a Zâmbia e o Zimbabwe sofreram inundações no final de 2021, enquanto que, desde o início de 2022, seis (6) ciclones tropicais e subtropicais causaram graves danos a Madagáscar, Moçambique, Malawi e Zimbabwe, afectando mais de 400 000 pessoas (SADC, 2022). A África do Sul e outros países também registaram um sistema de baixa pressão que causou tempestades severas e ventos intensos. Em Abril de 2022, a África do Sul registou mais de 400 mm de precipitação num período de 24 horas, o mais elevado em 60 anos, o que afectou várias províncias. O evento pluviométrico severo causou danos infra-estruturais generalizados e afectou mais de 1,2 milhões de pessoas em toda a região (SADC, 2022). A estação das chuvas de 2021/22 teve efeitos inversos em outras áreas na SADC, que sofreram secas severas ou uma mudança do padrão normal de precipitação. A precipitação foi consistente na maior parte da região, mas várias áreas, tais como o Sul da Tanzânia, o Norte de Moçambique, o Malawi, o Leste da Zâmbia, o Sudoeste de Angola, o Noroeste da Namíbia, e o Botswana, registaram um início muito tardio das chuvas. Nestas zonas registou-se um atraso de 30 ou mais dias para o início da época chuvosa, potencialmente comprometendo o período de tempo disponível para que as culturas atingissem a maturidade, e influenciando algumas reduções de áreas plantadas (SADC, 2022). Por outro lado, o Sul de Madagáscar tem vindo a registar anos consecutivos de períodos de seca causando insegurança alimentar aguda (níveis IPC 3 e 4) no Grande Sul.

Preços mais elevados de combustível e electricidade, devido à instabilidade geopolítica e ao conflito na Ucrânia, evidenciam que os riscos são sistémicos, e que as crises podem ter efeitos transnacionais em cascata. Estes aumentos dos preços têm continuado a ter um impacto na taxa geral de inflação em toda a região, reduzindo, subsequentemente, as receitas disponíveis e o acesso a bens essenciais. A pandemia da COVID-19 e as restrições

conexas exacerbaram ainda mais a situação, forçando numerosos contribuintes económicos de pequena escala a sucumbir às pressões financeiras, em particular a nível dos agregados familiares. Os repetidos choques ambientais e económicos resultaram num constante recrudescer de escassez de alimentos em muitas áreas, juntamente com uma elevada taxa de pobreza, o que resultou numa diminuição da capacidade da população de poder amortecer os efeitos de choques e desastres.

Este cenário requer que a SADC delineie uma linha estratégica para orientar medidas robustas de prevenção, redução e mitigação dos impactos de desastres e outros factores de vulnerabilidade através de respostas abrangentes de redução/gestão de riscos de desastres. Esta Estratégia visa facultar um conjunto abrangente de respostas para a redução/gestão de riscos de desastres que ajudarão a região a reduzir o impacto destes desastres persistentes.

1.1 Antecedentes

Uma gestão eficaz do risco de desastres (DRM), particularmente a aplicação de medidas de desenvolvimento com conhecimento dos riscos e a adaptação às alterações climáticas (CCA) são elementos críticos do desenvolvimento sustentável. A redução do risco de desastres e a adaptação às alterações climáticas visam salvaguardar o desenvolvimento sustentável e reduzir o impacto dos riscos de desastres, ao mesmo tempo que se cria resiliência. O desenvolvimento com conhecimento dos riscos (RID), que é uma perspectiva de desenvolvimento que tem em conta riscos multifacetados, dinâmicos, interdependentes, transnacionais, simultâneos e sistémicos, é fundamental na gestão dos riscos de desastres. Esta abordagem de tomada de decisões baseada nos riscos permite às sociedades prepararem-se, mitigarem, e adaptarem-se ao horizonte de risco complexo e dinâmico, com o objectivo de reforçar a resiliência e salvaguardar o desenvolvimento de uma forma sustentável. A redução dos riscos e impactos de desastres, e a adaptação às alterações climáticas exigem esforços coordenados e sustentados de uma vasta gama de actores, a nível mundial, regional e nacional, bem como dos municípios e comunidades.

1.2 Coordenação da Gestão dos Riscos de Desastres

A gestão do risco de desastres requer que a SADC delineie uma linha estratégica para orientar medidas robustas para prevenir, reduzir e mitigar os impactos de desastres e outros factores de vulnerabilidade através de respostas abrangentes de redução/gestão de riscos de desastres. Para o conseguir, é necessária uma articulação de acções a todos os níveis.

A nível internacional, o Quadro de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres (SFDRR), 2015-2030, tal como adoptado através da Resolução A/RES/69/283 das Nações Unidas (ONU), visa alcançar uma redução substancial do risco de desastres e de perdas de vidas, meios de subsistência e saúde, e bens económicos, físicos, sociais, culturais e ambientais de pessoas, empresas, comunidades e países. Isto só pode ser alcançado através da prevenção e redução dos riscos de desastres existentes através da implementação de medidas integradas e inclusivas destinadas a reforçar a resiliência face

às alterações climáticas. Tal como preconizado pelas prioridades do SFDRR que incluem: a compreensão dos riscos de desastres; o reforço da governação e gestão dos riscos de desastres; o investimento na redução dos riscos de desastres (RRD) para fins de resiliência; e o aumento da prontidão para uma resposta eficaz, e "reconstruir melhor" durante a reabilitação, reconstrução e recuperação. Estas prioridades foram reiteradas na 7ª Sessão da Plataforma Global para a Redução dos Riscos de Desastres que produziu a Agenda de Bali para a Resiliência 2022. A Agenda de Bali para a Resiliência enfatizou a abordagem "Pensar em Resiliência" e a necessidade de cada pessoa ser protegida por um sistema de alerta precoce para múltiplos riscos até 2027.

Além disso, quadros políticos afins, incluindo a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC), a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 (que destaca 17 ODS com 169 objectivos afins), o Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas que se baseia na UNFCCC, a Nova Agenda Urbana (Habitat III), a Agenda 2063 e a proposta de transformação socioeconómica em África nos próximos 50 anos, a Agenda de Acção de Adis Abeba sobre o financiamento do desenvolvimento, as Declarações de Yaoundé e Tunes sobre a implementação do SFDRR, o Quadro Global de Biodiversidade Pós-2020, e o Pacto de Glasgow sobre Alterações Climáticas da COP 26 e os resultados da COP 27 são alguns dos aspectos transversais que têm impacto na direcção estratégica da política de RRD para a região da SADC.

A nível continental, elaborou-se a recente Estratégia e Plano de Acção da União Africana sobre Alterações Climáticas e Desenvolvimento de Resiliência (2022-2032) e o Programa de Acção (PdA) para a implementação do SFDRR. Para além de visar alcançar as prioridades do SFDRR, o Programa de Acção tem cinco metas adicionais que as Comunidades Económicas Regionais (CER) e os Estados-Membros pretendem alcançar até 2030.

Estas metas são as seguintes:

1. integrar mais a RRD no desenvolvimento sustentável regional e nacional, e nos quadros, mecanismos e processos de adaptação às alterações climáticas;
2. aumentar substancialmente o número de países com módulos sobre RRD nos seus sistemas educativos a todos os níveis, tanto como produtos isolados como integrados;
3. ampliar substancialmente o âmbito e aumentar o número de fontes de financiamento interno de acções de RRD;
4. aumentar o número de países com, e testar periodicamente, planos de preparação e resposta com base em riscos, bem como mecanismos de recuperação e reconstrução pós-desastre; e
5. aumentar substancialmente o número de redes ou parcerias regionais para a gestão do conhecimento e o desenvolvimento de capacidades, incluindo centros e redes regionais especializados.

O PdA é implementado em ciclos de cinco anos, através de uma matriz de implementação. A Matriz da Fase II: 2021-2025, orienta a implementação actualmente. A Matriz da Fase II tem por base as Prioridades do SFDRR e os objectivos adicionais do PdA foram integrados nesta Estratégia.

A nível regional, o subdesenvolvimento social e económico, as epidemias de doenças e os impactos do VIH/SIDA e da COVID-19 exacerbam a vulnerabilidade, representando ameaças significativas para a Agenda de Integração Regional e a capacidade de alcançar um desenvolvimento sustentável. A Visão 2050 e o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional 2020-2030 (RISDP) da SADC consideram a Gestão de Riscos de Desastres uma prioridade estratégica transversal crítica com vista à melhoria da gestão de riscos de desastres em prol da resiliência regional através da consecução dos seguintes resultados:

6. **Resultado Final 1:** Esforços coordenados e eficazes de resposta e de recuperação para fazer face ao impacto das mudanças climáticas, desastres, pandemias e pragas migratórias.
7. **Resultado Final 2:** Reforçada a gestão e mitigação dos efeitos de desastres na região.
8. **Resultado Final 3:** Reforçadas as avaliações multissetoriais dos riscos de desastre e o grau de preparação para situações de desastres.
9. **Resultado Final 4:** Investimento acrescido na redução dos riscos de desastres, para facilitar a adaptação climática e a resiliência comunitária.
10. **Resultado Final 5:** Reforçadas as intervenções regionais e nacionais de recuperação dos efeitos de desastres (reconstruir melhor).

CAIXA 1: Instrumentos Estatutários, Programas e Plataformas relevantes da SADC para esta Estratégia:

1. Quadro Regional de Resiliência da SADC, 2020-2030
2. Estratégia e Plano de Acção da SADC para o Combate às Alterações Climáticas (2020- 2030)
3. Estratégia de Gestão e Mitigação do Risco de Secas (DRIMMS), 2022-2032
4. Fórum Regional de Previsão Climática da África Austral (SARCOF)
5. Programa Regional de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade (RVAA) da SADC
6. Protocolo sobre a Saúde (1999)
7. Estratégia e Roteiro para Industrialização da SADC (2015- 2063)
8. Política Agrícola Regional (PAR)
9. Plano Regional de Investimento Agrícola (RAIP)
10. Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional
11. Política e Estratégia de Águas da SADC (2006)
12. Plano de Acção Estratégico Regional (RSAP IV) para o Desenvolvimento e a Gestão Integrados de Recursos Hídricos (2016-2020)
13. Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento
14. Estratégia Regional da SADC sobre a Biodiversidade (2007)
15. Plano de Acção sobre a Biodiversidade (2010)

O RISDP visa igualmente reforçar a adaptação às alterações climáticas e a atenuação das mesmas, reforçando as abordagens sectoriais no sentido de desenvolver resiliência face às alterações climáticas e reduzindo a pegada de carbono na região. Para além dos objectivos estratégicos transversais do RISDP, todos os outros objectivos estratégicos de desenvolvimento na região devem visar o reforço da resiliência e, assim, abordar os riscos de desastres e as alterações climáticas. Para este fim, o Quadro Regional de Resiliência da SADC (2020-2030) visa proporcionar um ponto de partida para uma abordagem baseada em sistemas adaptativos complexos, permitindo aos Estados-Membros (a nível nacional e subnacional) desenvolver e/ou rever as suas próprias estratégias de resiliência num ambiente coordenado e mais amplo, incluindo a inclusão de perspectiva de resiliência sensível ao género em todos os sectores na região e nos Estados-Membros. Do mesmo modo, a Estratégia e Plano de Acção da SADC para o Combate às Alterações Climáticas (2020-2030) proporciona um quadro regional para uma acção colectiva e maior cooperação na resolução de questões relacionadas com as alterações climáticas, tendo em vista a melhoria dos meios de subsistência locais, o alcance de um crescimento económico sustentável com baixo teor de carbono e o contributo justo para a preservação do bem global.

2.0 PERFIL INDICATIVO REGIONAL DE RISCOS DE DESASTRES

A região da SADC está exposta à vários desastres naturais e riscos provocados pelo homem e sofreu numerosas catástrofes ao longo das últimas três décadas. A região regista secas prolongadas e um aumento de ciclones e tempestades tropicais. Embora as secas e inundações sejam o mais comum, também ocorrem epidemias e surtos transfronteiriços de doenças humanas, animais e de culturas agrícolas, bem como perturbações sísmicas (resultando em deslizamentos de terras e terremotos). Vários países da SADC sofrem diferentes conjuntos de desastres, como indicado na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Principais Riscos na Região da SADC por Estado-Membro (SADC, 2021 a, b)

Países	Principais Riscos	Riscos Adicionais
Angola	Inundações, secas, epidemias humanas (como o vírus de Marburgo e a malária)	Deslizamentos de terras, actividade sísmica, erosão hídrica, desflorestação, subida do nível do mar, erosão costeira
Botswana	Seca, inundações, incêndios, epidemias (animais incluindo febre aftosa em locais seleccionados, epidemias humanas (VIH/SIDA))	Terramotos, doenças de culturas (infestações por pragas, incluindo gafanhotos), ventos fortes)
Comores	Inundações, ciclones tropicais, subida do nível do mar, erosão costeira	Erupções vulcânicas, chuvas torrenciais, deslizamentos de terras, seca, tsunamis, erosão costeira, destruição e descoloração de corais, epidemias
República Democrática do Congo (RDC)	Terramotos e eventos sísmicos, secas, inundações	Erupções vulcânicas, epidemias humanas (Ébola, malária)
Eswatini	Secas, ciclones tropicais, cheias, incêndios, epidemias (malária, febre aftosa)	Epidemias humanas (cólera, malária, VIH/SIDA), tempestades de granizo
Lesoto	Secas, inundações localizadas, queda intensa de neve	Tempestades de granizo, ventos fortes, doenças de culturas
Madagáscar	Ciclones tropicais, inundações	Doenças das culturas, eventos sísmicos de baixa intensidade, epidemias humanas (pragas, vírus Chicungunha, cólera, malária), erosão costeira, destruição e descoloração de corais, subida do nível do mar
Malawi	Secas, inundações, ciclones tropicais, epidemias humanas (malária e VIH/SIDA)	Terramotos e eventos sísmicos, deslizamentos de terras, desflorestação
Maurícias	Inundações, terremotos e eventos sísmicos, ciclones tropicais	Tsunami, secas, subida do nível do mar, erosão costeira, destruição e descoloração de corais
Moçambique	Secas, cheias, ciclones tropicais, epidemias (malária)	Incêndios (fogos florestais), desflorestação, subida do nível do mar, erosão costeira (locais seleccionados), destruição e descoloração de corais
Namíbia	Secas, Inundações	Incêndios (em áreas onde existe vegetação - especialmente na zona Norte). Desertificação (expansão das áreas desérticas)
Seychelles	Inundações, Ciclones Tropicais	Subida do nível do mar, erosão costeira, destruição e descoloração de corais

África do Sul	Secas, incêndios (fogos florestais), inundações, tempestades de granizo, epidemias humanas (VIH/SIDA)	Incêndios (em povoações de baixa renda), subida do nível do mar, erosão costeira (locais seleccionados), destruição e descoloração de corais, desertificação no Karoo em particular
Tanzânia	Inundações, secas, ciclones tropicais, epidemias humanas (malária em locais seleccionados)	Terramotos e eventos sísmicos, doenças de culturas (infestações por pragas), erupções vulcânicas, incêndios, acidentes químicos, desflorestação, subida do nível do mar, destruição e descoloração de corais
Zâmbia	Inundações, secas	Epidemias humanas (VIH/SIDA), doenças de culturas (Infestações por pragas), Incêndios (florestais)
Zimbabwe	Secas, inundações, ciclones tropicais, pragas de culturas (locais seleccionados), epidemias humanas (malária, cólera)	Deslizamentos de terras

Os impactos dos riscos acima enumerados são exacerbados por factores agravantes como a elevada taxa de crescimento populacional, a insegurança alimentar, os elevados níveis de pobreza, a utilização inadequada dos recursos naturais, a degradação do ambiente e a urbanização não planeada, entre outros, que limitam a capacidade da região para mitigar os riscos de desastres e causam uma elevada vulnerabilidade aos riscos (SADC, 2019). A pandemia da COVID-19 e os impactos cumulativos das epidemias e surtos de doenças animais e vegetais também tiveram um impacto significativo na região e nos Estados-Membros.

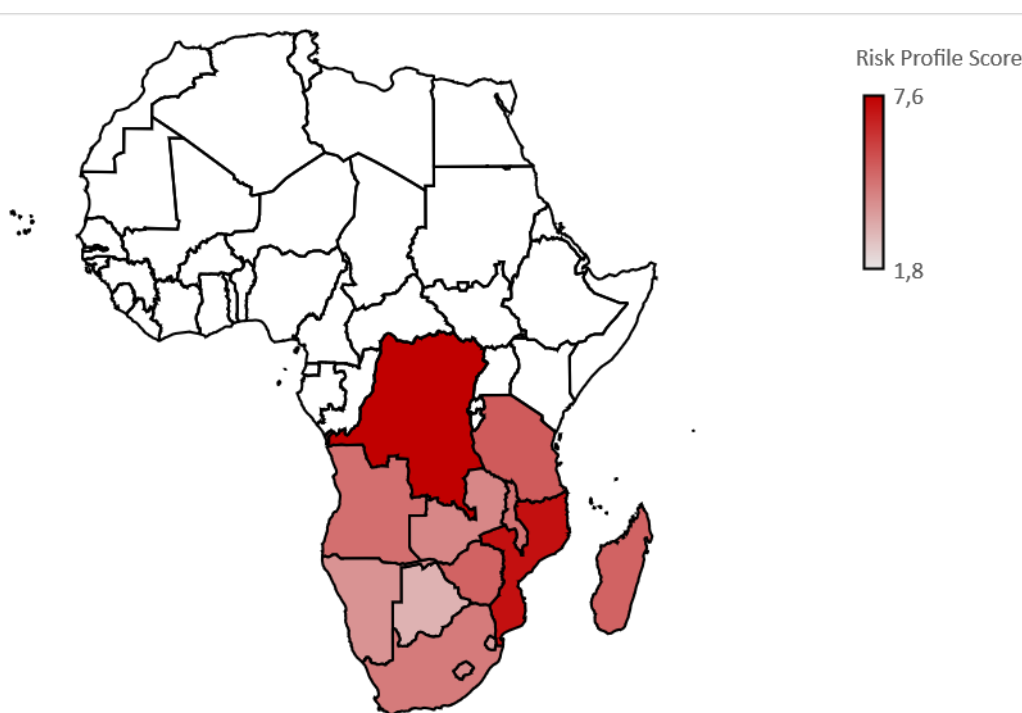


Figura 1: Perfil de Riscos INFORM da SADC (escala de 0 – 10) (INFORM, 2022)

A figura 1 mostra o nível indicativo de risco dos Estados-Membros a nível da SADC. As diferenças de níveis de risco são em grande parte derivadas de factores sociopolíticos, socioeconómicos e geográficos (INFORM, 2022). O nível de risco de desastres na região da

SADC está estreitamente relacionado com o grau de vulnerabilidade socioeconómica dos Estados-Membros, dimensão populacional, PIB, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e pobreza. Estes são indicadores úteis para a determinação do nível de vulnerabilidade de um país e da região. Estes indicadores fornecem informações sobre os factores subjacentes que contribuem para a vulnerabilidade e aumentam os riscos de desastre, tais como trajectórias de desenvolvimento históricas e actuais, crescimento económico e desenvolvimento, desigualdades de género e outras desigualdades, acesso e tensão sobre os recursos naturais, exposição a riscos naturais e antropogénicos, e emprego, para citar apenas alguns. A Tabela 2 abaixo mostra o Índice INFORM 2022 para todos os países da SADC.

Tabela 2: Índice INFORM da SADC1 2022 (INFORM, 2022)

Estado-Membro	Riscos e Exposição	Vulnerabilidade	Capacidade de Resposta	Risco INFORM
Angola	3	5,1	6,9	4,7
Botswana	1,7	3,7	4,6	3,1
Comores	1,5	5,3	7,1	3,8
República Democrática do Congo	7,4	7,4	8,1	7,6
Eswatini	1,9	4,5	5,5	3,6
Lesoto	1,7	5,8	6,8	4,1
Madagáscar	3,9	5,1	7	5,2
Malawi	2,9	5,6	6,4	4,7
Maurícias	2	1,3	2,8	1,9
Moçambique	7,8	7,6	6,3	7,2
Namíbia	2,5	4,7	5	3,9
Seychelles	1,5	1,2	3	1,8

1 O Índice de Gestão de Risco (INFORM / *Index for Risk Management*) é um indicador composto que identifica países em risco de crise humanitária e desastres que sobrecarregariam a capacidade de resposta nacional. O modelo INFORM é baseado em conceitos de risco publicados na literatura científica e prevê três dimensões de risco: Riscos e exposição; Vulnerabilidade; e Falta de capacidade de resposta. O modelo INFORM está dividido em diferentes categorias e níveis, utilizando 54 indicadores principais para fornecer uma visão rápida dos factores subjacentes que geram o risco. O modelo INFORM utiliza uma escala linear do tipo Likert de 5 pontos que estão ligados a uma "classe" qualitativa específica (muito baixa, baixa, média, alta, muito alta), ligada a uma escala mínima e máxima por dimensão de risco. Para mais informações sobre o índice INFORM, a sua metodologia e os seus indicadores vide: <https://drmkc.jrc.ec.europa.eu/inform-index..>

África do Sul	4,9	4,5	4,2	4,5
Tanzânia	4,3	5,6	6,3	5,3
Zâmbia	2,2	5,8	6	4,2
Zimbabwe	3,7	6,1	5,9	5,1
Região da SADC (2022)	3,3	5	5,7	4,4
Região da SADC (2018)	3,4	4,7	5,9	4,7

Em conformidade com o Índice INFORM, desde 2018 houve uma melhoria marginal na região em termos de redução de riscos e da exposição aos mesmos, e um aumento da capacidade de resposta. Contudo, a COVID-19 corroeu grande parte das capacidades socioeconómicas ganhas pela região ao longo das últimas duas décadas.

3.0 ESTRATÉGIA E PLANO DE ACÇÃO

3.1 Fundamentação da Estratégia

A formulação desta Estratégia resulta de uma decisão dos Ministros responsáveis pela Gestão de Riscos de Desastres tomada durante a sua reunião de Fevereiro de 2020, na sequência dos impactos de vários riscos de desastres na região, incluindo a seca de 2015-2016 induzida pelo El Niño, e os impactos dos ciclones tropicais Idai e Kenneth em 2019. Os Ministros observaram que a Estratégia e Fundo da SADC de Preparação e Resposta em Situações de Emergência (2016-2030) não estava totalmente alinhada com o SFDRR e não abordava outras questões emergentes, incluindo as disposições do Acordo de Paris e os ODS. Além disso, a Estratégia e Fundo da SADC de Preparação e Resposta em Situações de Desastres (2016-2030) não tinha um quadro de implementação que permitiria o acompanhamento dos progressos para o cumprimento do SFDRR. A este respeito, os Ministros instruíram o Secretariado para rever a Estratégia e formular a Estratégia e Plano de Acção Regional de Gestão de Riscos de Desastres (DRMSAP), 2022-2030.

A Estratégia visa, entre outros objectivos, promover melhorias com vista a:

1. reforçar a governação, o quadro jurídico e institucional, a todos os níveis de RRD na região;
2. facilitar a identificação, avaliação e monitorização dos riscos de desastres e apoiar o reforço dos sistemas de alerta precoce a todos os níveis;
3. promover a geração, utilização e gestão de informação e conhecimento, inovação e educação para gerar uma cultura de segurança e resiliência a todos os níveis na região da SADC;
4. assegurar que a RRD se torne uma prioridade nacional e local com uma forte base institucional para fins de implementação;
5. integrar a preparação e a resposta de emergência nas intervenções nacionais e regionais em matéria de RRD; e
6. integrar os desastres e riscos biológicos na preparação e resposta face a desastres na região

da SADC.

A Revisão da Estratégia e Fundo da SADC de Preparação e Resposta em Situações de Emergência (2016-2030) constituiu a base para a elaboração deste DRMSAP. A revisão destacou as realizações a nível de implementação e também apontou lacunas e desafios, e tirou lições que subsidiaram a formulação da nova Estratégia e Plano de Acção Regional de Gestão de Riscos de Desastres (2022-2030).

Especificamente, as conclusões do Relatório indicam que:

1. A Estratégia e Fundo da SADC de Preparação e Resposta em Situações de Emergência (2016-2030), criou um ambiente político favorável que facilitou o mecanismo regional de preparação e resposta que levou à produção dos seguintes instrumentos, documentos e iniciativas regionais, que foram aprovados pelos Ministros responsáveis pela Gestão de Riscos de Desastres na sua reunião de Maio de 2021 e pelo Conselho de Ministros em Agosto de 2021, mas que ainda não foram implementados.
2. A Estratégia e Fundo da SADC de Preparação e Resposta em Situações de Emergência (2016-2030) permanece um instrumento reactivo com um foco restrito em todas as quatro áreas prioritárias do SFDRR. Neste sentido, o alinhamento com o SFDRR, o PdA e as subseqüentes novas disposições nacionais de RRD para orientação política e de intervenções tem sido limitado.
3. A advocacia, comunicação e divulgação de uma Estratégia Regional é fundamental para a sensibilização e, por conseguinte, para a adopção das suas disposições para implementação tanto a nível regional como a nível dos Estados-Membros.
4. A região não dispõe de um mecanismo para o trânsito de recursos de ajuda humanitária.
5. A ocorrência de mega desastres emergentes como a pandemia de COVID-19 e a possibilidade de ocorrência de tempestades tropicais, ciclones, inundações e secas mais intensos, evidenciaram o seguinte:
 1. a inadequação dos quadros e da legislação existentes em matéria de gestão de riscos de desastres para permitir a tomada rápida de decisões políticas na região e entre os Estados-Membros;
 2. uma limitada integração sectorial da perspectiva de RRD e do planeamento de riscos;
 3. limitados investimentos em RRD (resposta e recuperação) e financiamento de RRD (dotações orçamentais nacionais) para permitir a gestão eficaz dos impactos dos riscos de desastres;.

4. inadequada coerência de políticas sectoriais, como para aborda as desigualdades e a violência de género e a interligação dos impactos dos riscos de desastres de um sector para outro;
5. a governação e a cooperação transfronteiriças eficazes em matéria de RRD são essenciais na região.
6. É fundamental estabelecer parcerias para fins de apoio técnico e mobilização de recursos para a gestão de riscos de desastres, contudo, a maioria das acções estratégicas propostas para a Estratégia eram do domínio público, o que levou a uma implementação isolada pelo sector privado.
7. O potencial papel das instituições de investigação e académicas não figura na Estratégia para a geração de evidências e informação, e soluções inovadoras para contribuir para o sistema regional de gestão de informações sobre a gestão de riscos de desastres e outras plataformas de partilha de informação.
8. A Estratégia e Fundo da SADC de Preparação e Resposta em Situações de Emergência (2016-2030) não incluía um plano de implementação o que fez com que a sua monitorização e avaliação (M&A) fosse um desafio. Isto também limitou o alinhamento com os objectivos do SFDRR e do PdA.

As recomendações para a revisão da Estratégia de gestão de riscos de desastres incluem os seguintes aspectos:

1. A nova Estratégia deve visar contribuir para o alcance de uma região resiliente, segura e sustentável.
2. O DRMSAP deve assegurar uma governação eficaz de riscos de desastres, o desenvolvimento do conhecimento, a definição de perfis multissetoriais e de múltiplos riscos, sistemas de alerta precoce de múltiplos riscos.
3. O novo DRMSAP deve estabelecer coerência política com os quadros, as estratégias e as políticas existentes a nível global, continental e regional.
4. Os princípios subjacentes que regem o novo DRMSAP devem ser complementares às prioridades do Quadro de Resiliência Regional da SADC, considerando que o DRMSAP não poderá alcançar a resiliência regional por si só.
5. O DRMSAP deve seguir uma "abordagem de desenvolvimento com conhecimento dos riscos" para a tomada de decisões que permita às sociedades prepararem-se, mitigarem e adaptarem-se ao horizonte de riscos complexos e dinâmicos com o objectivo de reforçar a resiliência e salvaguardar o desenvolvimento de forma sustentável.

6. O novo DRMSAP deve ser comunicado aos Estados-Membros, à sociedade civil e aos ICP, a fim de assegurar um conhecimento adequado da nova Estratégia, das suas prioridades e a devida implementação.

O alinhamento do DRMSAP com o PdA e a nova Matriz de Implementação (Fase II: 2021-2025) é vital e deve permitir a apresentação pelos Estados-Membros, à região da SADC, e pela região, à CUA, de relatórios bienais sobre a implementação do DRMSAP.

7. A nova Estratégia deve promover uma gestão abrangente dos riscos de desastres e climáticos.
8. O género e a interseccionalidade devem ser incluídos na nova Estratégia.
9. Recomenda-se as seguintes prioridades estratégicas para a nova Estratégia e Plano de Acção de Gestão de Riscos de Desastres da SADC:

Tabela 3: Áreas prioritárias estratégicas para a nova Estratégia

PRIORIDADE ESTRATÉGICA	DESCRIÇÃO
Prioridade Estratégica 1	Melhoria da compreensão dos riscos de desastres.
Prioridade Estratégica 2	Reforço da governação e da institucionalização da gestão de riscos de desastres
Prioridade Estratégica 3	Investimento na gestão dos riscos de desastres para a resiliência da comunidade;
Prioridade Estratégica 4	Inovação, Tecnologia e Gestão do Conhecimento em matéria de Riscos de Desastres
Prioridade Estratégica 5	Aumento da resiliência aos riscos de desastres e reconstruir melhor.

3.2 Orientação Estratégica

O DRMSAP orientará acções estratégicas e operacionais coordenadas e harmonizadas de gestão de riscos de desastres para a redução do impacto dos riscos e desastres na região e, mediante lentes de desenvolvimento com conhecimento dos riscos:

1. promoverá uma **política e programação de gestão de riscos de desastres baseada em evidências** através da investigação, expansão tecnológica e inovação e da utilização do

- conhecimento tradicional para acções de alerta precoce e recuperação rápida que salvam vidas;
2. empreenderá uma **avaliação e um mapeamento transformador dos riscos** para reforçar o alerta precoce e os planos de contingência para múltiplos riscos e a preparação geral para catástrofes pelos vários intervenientes regionais em matéria de gestão de riscos de desastres e pelos Estados-Membros;
 3. facilitará o desenvolvimento de capacidades humanas e organizacionais através de **parcerias eficazes e eficientes** para a gestão de riscos de desastres mediante práticas de desenvolvimento com conhecimento dos riscos na região e nos Estados-Membros;
 4. melhorará a **partilha e integração dos conhecimentos, aplicações tecnológicas e soluções inovadoras relativos a RRD e CCA (adaptação às alterações climáticas)** em prol de políticas, programas e preparação, resposta e recuperação eficazes e responsivos;
 5. **promoverá e desenvolverá ligações** entre redução de riscos de desastres, alterações climáticas e CCA, género, desenvolvimento sustentável, planeamento e redução de riscos urbanos, protecção da biodiversidade e conservação do ambiente, em apoio aos objectivos estratégicos de industrialização e desenvolvimento da SADC;
 6. promoverá a **resiliência face a riscos naturais e antropogénicos** dos Estados-Membros, incluindo das pessoas em maior risco, abordará a marginalização, a interseccionalidade e criará comunidades mais seguras, incluindo através de um desenvolvimento com conhecimento sobre os riscos, uma melhor e mais padronizada reconstrução das infra-estruturas (reconstruir melhor);
 7. reforçará a **sustentabilidade financeira** através do estabelecimento de fundos de gestão de riscos de desastres e da mobilização transversal e eficiente de recursos;
 8. **promoverá uma cultura de transparência e responsabilização** através de uma monitorização consistente da prática de gestão de riscos de desastres na região, a fim de assegurar o alinhamento com o SFDRR; e
 9. **promoverá a consideração e percepção dos riscos** como sendo interdependentes e sistémicos e que o desenvolvimento e a tomada de decisões com conhecimento dos riscos são pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e fundamentais para reduzir o risco, evitar a criação de riscos e criar resiliência.

As **metas** da Estratégia, alinhadas com os ODS, o Programa de Acção da UA (PdA) e o Monitor do Quadro de Sendai, a serem alcançadas até 2030, contribuem para o seguinte:

1. redução do número de pessoas afectadas por catástrofes nos Estados-Membros e, em última análise, na região (ODS 1.5.1).
2. redução das perdas económicas directas para o Produto Interno Bruto (PIB) nos Estados-Membros numa base anual (ODS 1.5.2).
3. alinhamento das estratégias e programas de redução dos riscos de desastres das autoridades nacionais e locais com o SFDRR (ODS 1.5.3).
4. um aumento proporcional de governos locais que adoptam e implementam estratégias locais de redução de riscos de desastres alinhadas com as estratégias nacionais de redução de riscos de desastres (ODS 1.5.4).
5. reforço das capacidades de todos os países, em particular dos países em desenvolvimento de alerta precoce, redução de riscos e gestão de riscos sanitários nacionais e mundiais (ODS 3.d).

6. desenvolvimento de infra-estruturas de qualidade, fiáveis, sustentáveis e resilientes, incluindo infra-estruturas regionais e transfronteiriças, para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, com enfoque no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos (ODS 9.1).
7. facilitação do desenvolvimento de infra-estruturas sustentáveis e resilientes nos países em desenvolvimento através de um maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento sem litoral e pequenos Estados insulares em desenvolvimento (ODS 9.a).
8. aumento substancial do número de cidades e assentamentos humanos que adoptam e implementam políticas e planos integrados com vista à inclusão, eficiência de recursos, mitigação e adaptação às alterações climáticas, resiliência face a desastres, e desenvolvimento e implementação a todos os níveis de gestão holística de riscos de desastres, em conformidade com o Quadro de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres (2015-2030) até 2030 (ODS 11.b).
9. aumento do número de países que adoptam e implementam estratégias nacionais de redução de riscos de desastres, em conformidade com o Quadro de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres, 2015-2030 (ODS 11.b.1)
10. um aumento proporcional de governos locais que adoptam e implementam estratégias locais de redução de riscos de desastres alinhadas com as estratégias nacionais de redução de riscos de desastres (ODS 11.b.2).
11. um aumento proporcional do apoio financeiro aos países menos desenvolvidos que é alocado à construção e reconversão de edifícios sustentáveis, resilientes e eficientes em termos de recursos, usando materiais locais (ODS 11.c.1)
12. maior resiliência e capacidade de adaptação a riscos e desastres relacionados com o clima, bem como a riscos induzidos pelo homem em todos os países (ODS 13.1).
13. aumento do número de países que adoptam e implementam estratégias nacionais de redução de riscos de desastres em conformidade com o Quadro de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres, 2015-2030 (ODS 13.1.2).
14. aumento proporcional de governos locais que adoptam e implementam estratégias locais de redução de riscos de desastres alinhadas com as estratégias nacionais de redução de riscos de desastres (ODS 13.1.3)
15. aumento do número de países que comunicaram o estabelecimento ou a operacionalização de uma política/estratégia/plano integrado que aumenta a sua capacidade de adaptação aos impactos adversos das alterações climáticas, e promove a resiliência climática e o desenvolvimento com baixas emissões de gases com efeito de estufa de forma que não ameace a produção alimentar (incluindo um plano nacional de adaptação, contribuição determinada a nível nacional, comunicação nacional, relatório de actualização bienal ou outro) (ODS 13.2.1).
16. melhor educação, sensibilização, capacidade humana e institucional e gestão do conhecimento sobre a redução de desastres e seus impactos e alerta precoce e adaptação às alterações climáticas (ODS 13.3).

Os principais **resultados finais** a serem alcançados pela Estratégia são os seguintes:

1. melhorada a governação e a tomada de decisões integrando a gestão de riscos de desastres, incluindo a cooperação política e transfronteiriça na região.

2. melhorada a avaliação e análise de riscos múltiplos e multisectoriais, contribuindo para alerta precoce e tomada de acção precoce, preparação, resposta e acções de recuperação que levem à protecção social e humana.
3. reforçada a gestão da informação e do conhecimento, incluindo sobre a RRD, através da integração do desenvolvimento com conhecimento dos riscos, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional, uma melhor gestão dos recursos naturais e a protecção e conservação da biodiversidade.
4. contribuição para a construção de infra-estruturas sólidas e interligadas em acções de RRD, preparação, resposta, e recuperação que contribuam para centros urbanos sustentáveis.
5. avanços em termos de investimentos em RRD e soluções inovadoras para o desenvolvimento de capacidades.
6. melhorada a programação da RRD e da adaptação às alterações climáticas.

O DRMSAP tem cinco áreas prioritárias:

7. Prioridade 1: Compreensão dos riscos de desastres;
8. Prioridade 2: Reforço da governação e institucionalização dos riscos desastres;
9. Prioridade 3: Investimento na redução dos riscos de desastres;
10. Prioridade 4: Inovação e gestão do conhecimento a nível regional; e
11. Prioridade 5: Reforço da criação de resiliência em intervenções de recuperação de riscos de desastre (reconstruir melhor)

A redução de riscos de desastres é uma prática transversal. O DRMSAP reconhece que a disponibilidade de capacidades multisectoriais é um pré-requisito para o alcance dos seus objectivos. Compromissos complementares através de responsabilização mútua por partes interessadas regionais e nacionais envolvendo o governo, o sector privado, organizações da sociedade civil, comunidades, instituições de investigação, Parceiros de Cooperação Internacional (IPC), e as estruturas da SADC, nomeadamente a Unidade de Redução de Riscos de Desastres do Secretariado (Unidade de RRD), o Centro de Serviços Climáticos da SADC (CSC), o Centro de Operações Humanitárias e de Emergência (SHOC) da SADC, as Direcções e Unidades que implementam a integração regional, são fundamentais para o sucesso.

O investimento em RRD, que compreende a necessidade de reforço da resiliência através de soluções inovadoras, parcerias dinâmicas e participação do sector privado para a geração de conhecimento e a mobilização de recursos, é um aspecto essencial para a operacionalização do DRMSAP. A Estratégia visa o financiamento mobilizado através de mecanismos globais de financiamento do combate às alterações climáticas, operacionalização do Fundo Regional de Preparação para Situações de Desastres, planeamento e dotações orçamentais nacionais, explorando opções e mecanismos de financiamento de transferência de riscos.

A Unidade de Redução de Riscos de Desastres (DRRU) do Secretariado da SADC monitorizará a implementação do Plano de Acção da Estratégia (Anexo A) através de um Sistema de Monitorização e Avaliação (M&A) (Anexo B), o que será complementado com a implementação do Programa de Acção da UA (PdA) e do Monitor do Quadro de Sendai

(SFM), em ambos níveis regional e nacional. Para a consecução dos resultados estratégicos do PdA requerer-se-á, contudo, esforços colectivos do Secretariado da SADC e dos Estados-Membros, com o apoio do sector privado, do meio académico, da sociedade civil e dos IPC.

4.0 ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

A Visão e Missão da SADC 2050 assim como o Plano de Implementação do RISDP 2020-2030 facultam orientação estratégica, definindo as principais áreas e acções prioritárias necessárias para construir resiliência, promover o desenvolvimento com conhecimento sobre os riscos (princípios, acções, tomada de decisões, governação), reduzir os impactos dos riscos de desastres na região e limitar a criação de mais riscos de desastres no contexto de desenvolvimento sustentável e adaptação às alterações climáticas. A Estratégia visa orientar a promoção, eficácia e eficiência na prática da Gestão de Riscos de Desastres (DRM), tendo em consideração a igualdade de género, a resiliência urbana, a gestão ambiental e a adaptação às alterações climáticas. Na sua essência, esta Estratégia e Plano de Acção visa salvaguardar os ganhos de desenvolvimento da região e proporcionar um ambiente seguro e sustentável para toda a população da África Austral. Assim, esta Estratégia assegurará a realização coordenada e eficaz de acções de resposta e recuperação para fazer face ao impacto das alterações climáticas e aos múltiplos riscos de desastres. Assegurará ainda o reforço da gestão, governação e planeamento em matéria de riscos de desastres através de avaliação, planeamento e monitorização de riscos de desastres na região. A Estratégia aumentará os investimentos em RRD para facilitar a adaptação às alterações climáticas e a resiliência comunitária, bem como reforçará as intervenções regionais e nacionais de recuperação de desastres.

A Estratégia e Plano de Acção é orientada pelas circunstâncias singulares existentes em cada Estado-Membro bem como pela revisão da Estratégia e Fundo da SADC de Preparação e Resposta em Situações de Emergência (2016-2030), tendo os seguintes princípios universais subjacentes:

1. **Princípios Humanitários:** como estipulado na Carta Humanitária, a *humanidade*, a *imparcialidade*, a *independência* e a *neutralidade* são a base para a prestação de assistência a pessoas afectadas por catástrofes, e estas pessoas têm direito à vida com dignidade, têm direito a ser assistidas e devem ser tomadas todas as medidas possíveis para aliviar o sofrimento humano resultante de catástrofes e conflitos.
2. **Igualdade soberana dos Estados-Membros** na assunção do papel e responsabilidade primários de proteger e assistir as populações afectadas nos seus territórios, através da adequação da política de desastres para fins de alerta precoce, planeamento da preparação, resposta e recuperação dos riscos de desastres a nível local, nacional, e através da cooperação transfronteiriça regional.
3. **Solidariedade:** A tradicional demonstração de hospitalidade/igualitarismo e solidariedade para com populações em situação de necessidade e sofrimento é institucionalizada como parte integrante da resposta humanitária.
4. **Desenvolvimento com conhecimento dos riscos:** O desenvolvimento com conhecimento dos riscos baseia-se nesse processo de decisão e deve estar assente numa compreensão dos riscos circundantes e, assim, subsidiar a governação, os investimentos e as capacidades necessárias para o desenvolvimento sustentável.

Será promovida a investigação e informação científica sobre riscos, incluindo conhecimentos locais, para também influenciar a tomada de decisões e melhorar a gestão dos conhecimentos em matéria de RRD.

5. **Conformidade:** Os Estados-Membros e os actores humanitários comprometem-se a respeitar as normas e os padrões internacionais estabelecidos, incluindo as Directrizes e os **Códigos de Conduta** reconhecidos pela União Africana (UA), bem como de Protecção contra a Exploração e o Abuso Sexual (PSEA) de mulheres e crianças, e grupos vulneráveis.
6. **Fortalecimento multissetorial da resiliência** através da integração da RRD, adaptação às alterações climáticas, gestão ambiental, promovendo, simultaneamente, a equidade de género para a integração eficaz da RRD.
7. **Não causar dano:** Evitar aumentar a exposição a riscos (transferência de doenças e vectores patogénicos (COVID-19)), através da participação e inclusão de populações afectadas por catástrofes, incluindo crianças, mulheres, idosos, pessoas com deficiências no processo de planeamento e tomada de decisões para assistência humanitária.
8. Promover a **Subsidiariedade e Complementaridade:** entre a Comissão da União Africana, outros Órgãos da União Africana, Comunidades Económicas Regionais (CER), Estados-Membros, Nações Unidas e outros actores e partes interessadas não estatais;
9. **Parceria e envolvimento eficazes** de vários grupos e partes interessadas para fins de investimento em RRD e transferência técnica e de riscos.
10. A **transparência e a responsabilização** devem ser aplicadas em todos os domínios de assistência humanitária, incluindo para a monitorização de medidas de desempenho.

4.1 Visão

Uma África Austral resiliente, segura, com capacidade de reacção, e desenvolvida de forma sustentável.

4.2 Missão

Reduzir substancialmente as perdas de vidas, bens e meios de subsistência através de acções eficazes de gestão dos riscos de desastres em prol do desenvolvimento sustentável, da adaptação às alterações climáticas, da interseccionalidade, da equidade de género e do reforço da resiliência.

4.3 Objectivo Estratégico

O objectivo estratégico é melhorar a gestão multissetorial e transfronteiriça do risco de desastres em prol da resiliência regional através do seguinte:

1. Melhorar a compreensão dos riscos de desastres;
Reforçar a governação e institucionalização da gestão de riscos de desastres;
2. Investir na redução e gestão dos riscos de desastres para a resiliência comunitária.
3. Inovação e gestão do conhecimento em matéria de riscos de desastres; e
4. Reforçar a resiliência a riscos de desastres e reconstruir melhor.

4.4 Metas

Através da implementação desta Estratégia e Plano de Acção, a Região da SADC visará contribuir para a realização dos seguintes objectivos estratégicos alinhados com o SFDRR:

1. reduzir a taxa média nacional e regional de mortalidade devido a catástrofes até 2030;
2. reduzir o número de pessoas afectadas por catástrofes nos Estados-Membros e, em última análise, na região até 2030;
3. reduzir as perdas económicas directas para o PIB nos Estados-Membros, numa base anual;
4. reduzir substancialmente os danos causados por catástrofes a infra-estruturas críticas e a interrupção de serviços básicos, incluindo unidades sanitárias e estabelecimentos de ensino, através, entre outros, do reforço da sua resiliência até 2030;

assegurar que todos os Estados-Membros tenham desenvolvido e implementado estratégias, planos e legislação nacionais e locais coerentes em matéria de RRD, sempre que apropriado;

aumentar o número de Estados-Membros (pelo menos 80%) com avaliações de vulnerabilidade e de riscos baseadas em evidências a todos os níveis;

aumentar substancialmente a disponibilidade de, e o acesso pela população a informação e sistemas de alerta precoce de múltiplos riscos (incluindo sistemas tradicionais de alerta precoce) e a informação e avaliação sobre riscos de desastres, até 2030;

identificados, apoiados e desenvolvidos centros especializados de gestão de riscos de desastres, focados especificamente em: governação integrada e tomada de decisões com conhecimento de causa, protecção e mobilidade social e humana, segurança alimentar e nutricional, infra-estruturas robustas e interligadas, centros urbanos sustentáveis, gestão de recursos naturais e protecção e conservação da biodiversidade, compreensão dos riscos de catástrofes, incluindo das alterações climáticas.

maiores investimentos e parcerias no domínio de riscos de desastres e sua interligação em vários sectores de desenvolvimento, incluindo em meios urbanos; e

reforçar a cooperação entre os Estados-Membros através de mecanismos de cooperação transfronteiriça, avaliação por pares, mentoria e troca de informação, tecnologia e competências.

5.0 PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

Esta Estratégia de Gestão de Riscos de Desastres para a região será consolidada pela eficácia da governação da gestão de riscos de desastres (DRM) e do desenvolvimento do conhecimento, pela definição de perfis de riscos multisectoriais e múltiplos e pelas acções de alerta precoce, preparação, resposta e recuperação por parte dos Estados-Membros. Produzirá melhores resultados com parcerias e envolvimento inovador para o desenvolvimento de capacidades, mobilização de recursos e criação de resiliência, para a consecução dos resultados finais das cinco prioridades estratégicas, nomeadamente:

Prioridade Estratégica 1: Melhorar a compreensão dos riscos de desastres;

Prioridade Estratégica 2: Reforçar a governação e a institucionalização da gestão de riscos de desastres;

Prioridade Estratégica 3: Investir na gestão de riscos de desastres para a resiliência comunitária;

Prioridade Estratégica 4: Inovação e gestão do conhecimento em matéria de riscos de desastres; e

Prioridade Estratégica 5: Aumentar a resiliência face a riscos de desastres e reconstruir melhor.

5.1 Melhorar a compreensão dos riscos de desastres

Esta prioridade está alinhada à:

1ª Prioridade do SFDRR: Identificação e compreensão dos riscos de desastre

A geração de evidências através da recolha de dados e informação tornou-se um passo crítico na gestão de riscos de desastres. Por sua vez, uma análise desta informação fundamenta o desenvolvimento de quadros, o planeamento da RRD (para alerta e acção precoce, prontidão, resposta e recuperação) e a gestão de desastres e seus impactos. Todos os quadros e práticas de gestão de riscos de desastres devem ser fundamentados por uma compreensão da multiplicidade de riscos de desastres em todas as suas dimensões de exposição, capacidade de reacção e vulnerabilidade das pessoas que se pretenda proteger. Num mundo de crescente interconectividade, seja entre sectores, países ou indivíduos, os riscos já não podem ser geridos isoladamente, mas sim tratados como uma componente inevitável de sistemas complexos e interligados.

Avaliações sistemáticas e regulares (periódicas) que geram informação e dados desagregados sobre os múltiplos factores de riscos de desastres e estabelecem a interconectividade entre os riscos são componentes essenciais para aumentar as capacidades de identificação de riscos, incluindo o seu âmbito, escala e magnitude. Por seu turno, o mesmo serve de *input* para as infra-estruturas, incluindo inovações em matéria de RRD e desenvolvimento dos conhecimentos necessários para a criação eficaz de resiliência. As alterações climáticas são um factor de risco e de desastres naturais estreitamente ligados aos riscos hidrometeorológicos que geram os principais desastres na região da SADC.

Igualmente importante, é a identificação das avaliações sectoriais, incluindo interacções e influências intersectoriais para aumentar o conhecimento, prevenir silos na assunção de responsabilidades e eliminar ambiguidades. A seca crónica persistente na África Austral, a pandemia de COVID-19 e os sistemas ciclónicos agudos, intensos e frequentes que afectam a região requerem um conjunto de ferramentas multisectoriais e abrangentes padrão para uma cooperação transfronteiriça harmonizada e a partilha de dados desagregados para a abordagem e gestão de desastres transfronteiriços. Isto deverá culminar na geração de informação e no desenvolvimento de conhecimentos que serão divulgados atempadamente através de plataformas de informação acessíveis para influenciar práticas eficazes de gestão de riscos de desastres.

5.1.1 Objectivos

Os objectivos da Prioridade Estratégica são os seguintes:

1. reforçar avaliações sistemáticas e regulares de riscos de desastres regionais e nacionais e desenvolver perfis de riscos de desastres para servirem de *input* para alerta prévio, preparação, resposta e planeamento de recuperação rápida de desastres, em conformidade com o quadro regional e contribuir para o reforço da resiliência.
2. melhorar as capacidades e infra-estruturas de identificação, avaliação, monitorização e avaliação científica de riscos, desastres e vulnerabilidades.
3. reforçar as capacidades de previsão, alerta prévio e acção antecipada através do aprimoramento de sistemas, recolha de dados, análise, monitorização e divulgação de informação sobre riscos (incluindo sistemas de alerta prévio indígenas e tradicionais) para uma acção antecipada.
4. fomentar e promover a percepção de riscos como algo sistemático e interligado.

5.1.2 Acções Regionais

1. harmonizar o desenvolvimento, adopção e utilização de normas, metodologias, modelos e ferramentas científicos de recolha, armazenamento e divulgação de informação para avaliações de riscos de desastres, centrando-se na utilização de tecnologias geoespaciais e espaciais.
2. criar capacidades de mapeamento de múltiplos riscos e de monitorização de riscos, com especial atenção às capacidades de alerta prévio e emissão de alertas prévios com base no impacto e divulgação de informação.
3. efectuar avaliações e análises periódicas da vulnerabilidade regional (RVAA) para determinar a situação e as tendências da segurança alimentar e nutricional.
4. formar sectores e clusters de desenvolvimento no domínio de ferramentas e normas de recolha de dados para avaliação de riscos de forma desagregada, análise e partilha de dados, e alerta prévio regional para o planeamento e a gestão de riscos de desastres.
5. reforçar as capacidades e conhecimentos nacionais e subnacionais para uma melhor compreensão de riscos de desastres através da partilha mútua de informação, mentoria, troca de competências e outras intervenções de aprendizagem.
6. desenvolver procedimentos operacionais normalizados (PON) transfronteiriços regionais para uma acção antecipada face a todos os riscos comuns e a múltiplos riscos, a fim de assegurar a emissão e divulgação prévia de decisões abalizadas e a reacção antecipada das comunidades mais expostas aos desastres.
7. fomentar o avanço da ciência, investigação e do conhecimento local que sejam impulsionados para a compreensão das complexidades associadas a múltiplos riscos e vulnerabilidades.

5.2 Reforçar a governação e a institucionalização da gestão de riscos de desastres

Esta prioridade está alinhada à:
2.ª Prioridade do SFDRR: Reforçar a governação de riscos de desastres para gerir riscos de desastres.

2ª Meta do PdA: Aumentar a integração da RRD nos quadros, mecanismos e processos regionais e nacionais de desenvolvimento sustentável e adaptação às alterações climáticas.

As catástrofes destroem muitos anos de realizações de desenvolvimento e reduzem as oportunidades de desenvolvimento dos países. A salvaguarda dos resultados do desenvolvimento e dos progressos promovidos pelas agendas internacionais, tais como os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Acordo de Paris ou o Quadro de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres (2015-2030), depende da integração de questões sobre riscos na tomada de decisões em matéria de desenvolvimento.

A governação de riscos de desastres é um sistema de quadros e políticas, instituições, mecanismos e outras disposições para orientar, coordenar e supervisionar a implementação de intervenções de redução de riscos de desastres (RRD). Pressupõe a presença de estruturas e processos com níveis suficientes de recursos e capacidades para se desenvolver um conjunto de acções multissetoriais para prevenir e gerir o impacto dos riscos de desastres.

A chave para a governação de riscos de desastres na região da SADC é a coerência política com o Quadro global de Sendai, o PdA de África e as disposições do RISDP, bem como com outros quadros regionais de governação para o desenvolvimento sustentável. Uma maior integração da RRD nos vários sectores de desenvolvimento será crucial para uma gestão eficaz das capacidades sectoriais de RRD, incluindo para a criação de resiliência, adaptação às alterações climáticas, protecção da biodiversidade e ecossistemas, saúde, ajuda humanitária, e desenvolvimento e ordenamento urbano com base em riscos, considerando questões de inclusividade e igualdade de género e intersectoriais para a participação de grupos especializados e dos que vivem com deficiências.

Os riscos de desastres que afectam a região não só estão a aumentar em termos da sua multiplicidade como também da sua escala, uma vez que afectam simultaneamente vários países. A este respeito, a cooperação regional entre os Estados-Membros será essencial para promover a coordenação e as ligações transfronteiriças que têm de ser estruturalmente suportadas por instrumentos e procedimentos adequados.

Esta Estratégia promoverá ainda mais a aprendizagem entre pares pelos Estados-Membros em matéria de RRD, em conformidade com o Quadro de Monitorização de Sendai. Os Ministros da SADC responsáveis pela Gestão de Riscos de Desastres servirão de Fórum de Avaliação por Pares da RRD através do Comité Técnico de Gestão de Riscos de Desastres, que é o braço técnico do Comité Ministerial. **O Mecanismo de Avaliação pelos Pares será constituído por cinco Painéis de Avaliação, que funcionarão numa base tripartida, sendo cada painel composto por três países, e funcionará numa base rotativa entre os três Estados-Membros.** O painel analisará os progressos feitos em relação ao SFDRR e ao PdA e a outras políticas e quadros da SADC, bem como aos requisitos legais e estatutários nacionais. Em conformidade com o Programa da Política Regional de Gestão de Riscos de Desastres e a Avaliação pelos Pares 2020-2030, cada Estado-Membro voluntariar-se-á para ser avaliado

pelos pares. Cada avaliação será associada às Prioridades e Objectivos estipulados na presente Estratégia e no Programa de Acção, em conformidade com os Termos de Referência da Avaliação pelos Pares.

5.2.1 Objectivos

1. alcançar coerência política com processos e quadros globais, continentais e regionais, em particular sobre desenvolvimento, redução de riscos de desastres, adaptação às alterações climáticas, saúde, agricultura, urbanização e conservação da biodiversidade.
2. reforçar a capacidade de coordenação para a integração, nas políticas de desenvolvimento e sectoriais, tanto a nível regional como dos Estados-Membros, da RRD e do desenvolvimento com conhecimento dos riscos.
3. promover medidas transfronteiriças de redução de riscos de desastres através de quadros orientadores e facilitação pela Unidade de RRD da SADC com apoio de IPC e outros parceiros.
4. incentivar e apoiar redes, parcerias, e centros de excelência locais, nacionais e regionais.
5. implementar um mecanismo voluntário de avaliação da RRD por pares para a região.

5.2.1 Acções Regionais

1. promover a revisão da legislação sobre RRD, a institucionalização da gestão de riscos de desastres (DRM), a coerência do modelo institucional e da localização das funções de gestão de riscos de desastres nos Estados-Membros para atender aos riscos biológicos e sanitários, e outros riscos sanitários emergentes, incluindo os que são induzidos pelo homem.
2. desenvolver e operacionalizar um quadro regional de monitorização de múltiplos riscos bem como mecanismos de suporte para alerta precoce e acordos conexos.
3. facilitar a aplicação entre os Estados-Membros do Mecanismo Regional de Avaliação da DRM por Pares, no âmbito do Programa da Política Regional de DRM (2020-2030), para a partilha de informação e aprendizagem sobre como influenciar a gestão de riscos de desastres.
4. estabelecer redes, parcerias, Centros de Excelência (COE) regionais para a RRD para reunir entidades públicas, privadas e parceiros de cooperação internacional (IPC) e Organizações Não-Governamentais (ONG) para de forma colectiva engajarem-se a emprender programação conjunta.
5. envolver-se e participar na abordagem de questões de RRD e adaptação às alterações climáticas em mecanismos mundiais e continentais de redução de riscos de desastres, incluindo das Comunidades Económicas Regionais (CER), do Grupo de Trabalho Africano sobre RRD, para aprendizagem e partilha de informação.
6. investir na integração da RRD e do desenvolvimento com conhecimento sobre os riscos no planeamento e monitorização dos programas de desenvolvimento sectoriais nacionais. Isto incluirá o desenvolvimento de ferramentas de aprendizagem.

5.3 Investir na gestão dos riscos de desastres para fins de resiliência

A prioridade está alinhada à:

Prioridade 3: Investimento na gestão dos riscos de desastres para fins de resiliência.

3ª Meta do PdA: Ampliar substancialmente o âmbito e aumentar o número de fontes de financiamento interno de acções de RRD

O investimento na RRD através da aplicação de um desenvolvimento com conhecimento dos riscos tem múltiplos benefícios dada as ligações estreitas entre desenvolvimento sustentável, adaptação às alterações climáticas, protecção da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos e acção humanitária. Não só protege vidas, bens e o ambiente, como também pode gerar benefícios adicionais que podem incrementar o desenvolvimento, o bem-estar e a resiliência dos Estados-Membros. À medida que regiões, países e comunidades se tornam mais seguros para investir, as actividades económicas intensificam-se. Além disso, as medidas estruturais e não estruturais contribuem para reduzir os impactos imediatos e em cascata das catástrofes em termos de danos humanos e (directos) de infra-estruturas e perdas económicas. Contudo, em muitos casos, os investimentos na redução de riscos de desastres não são directos nem multisectoriais, sendo, assim, dissimulados.

Dada a natureza transfronteiriça da redução de riscos de desastres, será reforçada a cooperação e coordenação regional entre os Estados-Membros e entre estruturas organizacionais, actores públicos, privados e não estatais, através do desenvolvimento de quadros, instrumentos e procedimentos. Em termos de investimento regional é crucial operacionalizar o Centro de Operações Humanitárias e de Emergência (SHOC) da SADC que será central na coordenação da preparação, resposta e rápida recuperação regional para apoiar os países que tenham sido afectados e fustigados por desastres. O Centro estabelecerá elos com o Centro de Serviços Climáticos da SADC (CSC) e outros centros especializados em alerta prévio climático e meteorológico, incluindo o Sistema de Alerta Prévio de Múltiplos Riscos (MHEWS) da Comissão da União Africana (CUA) e os NHMS e NDMA nacionais em prol de um Sistema de Alerta Prévio (EWS) eficaz. As capacidades de trânsito de bens e serviços de ajuda humanitária serão desenvolvidas através da gestão de um sistema regional de cadeia de fornecimento.

As capacidades técnicas do Centro serão reforçadas com o estabelecimento de escalas de serviço para situações de emergência regionais: Equipa de Resposta a Emergências (ERT) e Forças em Estado de Alerta da SADC. Este trabalho requer o desenvolvimento de capacidades através de formação, desenvolvimento de sistemas de gestão e procedimentos de accionamento e desdobramento das equipas, bem como realização de exercícios de simulação (SIMEX) de activação dos sistemas e capacidades regionais.

O planeamento regional eficaz da preparação para desastres incluirá o reforço da capacidade dos Estados-Membros para a elaboração e orçamentação de planos nacionais de contingência baseados em cenários plausíveis para identificar comunidades vulneráveis, meios de subsistência e infra-estruturas críticas susceptíveis de serem afectados por catástrofes. A cooperação estreita com intervenientes regionais e parceiros de cooperação

internacional (ICP), tais como o Comité Permanente Interinstitucional Regional (RIASCO) é primordial para o sucesso.

Os Estados-Membros investem em dotações orçamentais nacionais para a RRD, para suprir necessidades de melhoria de infra-estruturas, controlo de inundações, protecção contra secas, desenvolvimento de códigos de construção e de acções de mitigação e adaptação face a alterações climáticas, entre outros. As fontes internas de financiamento da RRD na região da SADC são inadequadas. Existem oportunidades para o envolvimento activo do sector privado que podem produzir benefícios mútuos. A Estratégia e Fundo da SADC de Preparação e Resposta em Situações de Emergência (2016-2030) previu a criação do Fundo Regional de Preparação para Desastres, que foi aprovado para operacionalização como uma vertente social ao abrigo do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), como um mecanismo de transferência de risco. Contudo, a região irá investigar opções e oportunidades para o aumento de produtos e serviços de financiamento contra riscos de desastres para a criação de resiliência, tendo em conta que a actual dotação financeira deve concentrar-se em todo o ciclo de gestão de riscos de desastres, incluindo aviso prévio, prontidão, resposta e recuperação.

5.3.1 Objectivos

1. estabelecer e operacionalizar Fundos Nacionais e Regionais de Preparação para Desastres e assegurar financiamento sustentável.
2. reforçar as capacidades dos Estados-Membros para aceder a fundos para a redução de riscos de desastres, adaptação às alterações climáticas e reforço da resiliência, em conformidade com a Agenda de Acção de Adis Abeba que promove o financiamento adequado para o desenvolvimento sustentável.
3. desenvolver quadros de incentivos adequados para criar um ambiente favorável que induza investimentos privados regionais e nacionais para a resiliência.
4. melhorar a afectação e utilização de investimentos multissectoriais de recursos nacionais em RRD para o reforço da resiliência.
5. promover a adopção de produtos e serviços de transferência de risco para a RRD.

5.3.2 Acções Regionais

1. estabelecer e operacionalizar Fundos Nacionais e Regionais de Preparação para Desastres.
2. reforçar as capacidades dos Estados-Membros para acederem aos fundos de redução de riscos de desastres, adaptação às alterações climáticas e reforço da resiliência, avaliando vários mecanismos de financiamento regionais e internacionais.
3. investir na adaptação às alterações climáticas e no reforço da resiliência face a riscos.
4. adoptar e utilizar produtos e serviços de financiamento e transferência de riscos de desastres, incluindo o Fundo de Preparação para Desastres para a operacionalização do SHOC e prestação de assistência humanitária aos Estados-Membros afectados. Foram identificadas fontes públicas e privadas nacionais de financiamento para a RRD (tais como orçamentos nacionais e subnacionais; fundos nacionais de desastres (e resposta), fundos de contingência e de resiliência; obrigações; reservas; seguros; impostos;

- créditos/empréstimos; e protecção social, PPP, seguros, obrigações, contribuições filantrópicas e da sociedade civil) e e procurou-se proactivamente aceder aos mesmos.
5. desenvolver mecanismos apropriados para a contabilização e comunicação de perdas que estejam alinhados com os processos regionais e continentais.
 6. promover investimentos em infra-estruturas públicas e privadas que sejam resistentes a riscos de desastres e alterações climáticas.

5.4 Inovação e gestão do conhecimento a nível regional

Esta prioridade está alinhada à:

1ª Meta do PdA: Aumentar substancialmente o número de países com matérias sobre RRD nos seus sistemas educativos a todos os níveis, quer como módulos autónomos ou como matérias integradas em diferentes módulos.

5ª Meta do PdA: Aumentar substancialmente o número de redes ou parcerias regionais para a gestão do conhecimento e o desenvolvimento de capacidades, incluindo centros e redes regionais especializados.

A inovação e a gestão do conhecimento para a RRD permite e sustenta a tomada de decisões com conhecimento de causa para a gestão dos riscos de desastres. A tomada de decisões com conhecimento de causa requer uma base sólida de informação e conhecimento, inovação, bem como profissionais dedicados e qualificados. O enfoque no incremento do acesso a, e da troca de informação, comunicação, bem como da coerência entre sistemas de gestão de informação (IMS) é um pré-requisito essencial para a RRD. É, portanto, necessário desenvolver e implementar um programa regional de inovação e gestão do conhecimento em matéria de gestão de riscos de desastres, estreitamente ligado ao IMS e à plataforma de gestão do conhecimento. Uma avaliação das necessidades técnicas proverá informação sobre as lacunas e, por conseguinte, subsidiará a programação, adopção, e utilização de tecnologias inovadoras para a RRD.

Um sistema eficaz e acessível de informação sobre gestão do risco de catástrofes é uma componente vital da preparação, resposta, ajuda humanitária e recuperação regional em caso de catástrofe. A disponibilização de informação precisa e atempada antes (alerta precoce e monitorização), durante, e após a ocorrência de desastres é fundamental para a coordenação, prestação de ajuda humanitária, envolvimento das partes interessadas e beneficiários, e monitorização e avaliação da intervenção. Serão identificados, desenvolvidos e apoiados centros e instrumentos especializados de gestão de riscos de desastres, tais como o Centro de Serviços Climáticos (CSC), o Fórum Regional de Previsão Climática da África Austral (SARCOF), o Programa Regional de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade da SADC (RVAA), e centros e instituições de investigação. Uma adequada gestão de conhecimentos e inovação também depende da partilha de lições e experiências e da identificação de boas práticas através de um processo de aprendizagem e avaliação por pares. Isto será conjugado com infra-estruturas adequadas e melhoria da aprendizagem e gestão do conhecimento através de acções de formação e cooperação Sul-Sul.

5.4.1 Objectivos

1. melhorar a harmonização, adopção e utilização de tecnologias e soluções inovadoras na gestão de riscos de desastres.
2. promover advocacia, comunicação e gestão do conhecimento em matéria de gestão de riscos de desastres através da partilha de dados e informação geoespacial em plataformas e IMS regionais e nacionais.
3. promover plataformas de coordenação para a partilha e troca de informação e melhoria da aprendizagem e gestão do conhecimento.

5.4.2 Acções Regionais

1. desenvolver e implementar o Programa Regional de Inovação em matéria de Riscos de Desastres.
2. actualizar o sistema de gestão de informações sobre DRM da SADC para capacidades geoespaciais e espaciais com vista à partilha e divulgação de dados e informações em tempo real a nível regional e nacional.
3. recolher informação regional sobre gestão de riscos de desastres para contribuir para o relatório bienal a ser apresentado à CUA sobre a implementação dos objectivos do PdA
4. reunir intervenientes regionais em matéria de gestão de riscos de desastres, incluindo estruturas do governo, sector privado, agências da ONU, organizações não governamentais (ONG) e IPC para mapear as políticas e as práticas operacionais eficazes de gestão de riscos de desastres.
5. incrementar a aprendizagem e o conhecimento através de formação e cooperação Sul-Sul.
6. promover o acesso a informação sobre gestão de riscos de desastres e envolver as comunidades mediante uma abordagem descentralizada.
7. desenvolver um Plano de Comunicação de Riscos para a Região da SADC e a sua delegação aos Estados-Membros.

5.5 Maior resiliência face a riscos de desastres e melhor reconstrução.

Esta prioridade está alinhada à:

4.ª Prioridade do SFDRR: Reforçar a preparação para situações de desastres com vista a uma resposta eficaz e a “Reconstruir Melhor” na recuperação, reabilitação e reconstrução.

4ª Meta do PdA: Aumentar o número de países com, e testar periodicamente, planos de preparação e resposta, bem como mecanismos de resposta, recuperação e reconstrução pós-desastres com base em riscos.

A criação de resiliência é um processo de desenvolvimento contínuo. O planeamento da recuperação começa com o desenvolvimento de perfis de risco de catástrofe que terão informação sobre o desempenho socioeconómico bem como informação demográfica da população em risco, incluindo informação sobre os mais vulneráveis, incluindo mulheres e pessoas com deficiência. O mesmo tem por finalidade promover oportunidades inclusivas e equitativas em termos de género e considerar aspectos de interseccionalidade, no desenvolvimento da Avaliação das Necessidades Pós-Desastre (PDNA) e desenvolvimento de quadros e planos de recuperação para intervenções de reabilitação, e reconstrução.

Soluções baseadas na natureza para a RRD, tais como a gestão sustentável dos ecossistemas e a redução do risco de desastres ecológicos, são fundamentais, em particular na associação da RRD com a adaptação à, e mitigação das alterações climáticas. Este aspecto envolve a necessidade de capacidades de recuperação em sectores como os de resiliência urbana, agricultura e segurança alimentar, gestão de recursos hídricos, género, educação, infra-estruturas e reconstrução. Serão identificadas oportunidades de RRD e adaptação às alterações climáticas no âmbito dos planos regionais de contingência, preparação, resposta e recuperação existentes. Tal incluirá o desenvolvimento de medidas como o ordenamento territorial, o aprimoramento das normas estruturais e a partilha de competências, conhecimentos, análises pós-desastre e lições aprendidas, bem como a integração da reconstrução pós-desastre no desenvolvimento económico e social sustentável das áreas afectadas.

5.5.1 Objectivos

1. reforçadas as capacidades regionais de planeamento e gestão da recuperação.
2. recolher de dados sobre perdas e danos decorrentes de desastres para a monitorização de objectivos em todas as acções regionais de preparação, resposta e recuperação, a fim de subsidiar esforços de criação de resiliência.
3. reforçar o desenvolvimento com conhecimento sobre os riscos em programas de desenvolvimento e criação de resiliência rural e urbana.
4. desenvolver e aplicar normas para promover o reconstruir melhor

5.1.2 Acções Regionais

1. criar capacidades para avaliação de necessidades e desenvolvimento de quadro pós-desastre.
2. desenvolver a base de dados regional de perdas e danos e capacidades de gestão da informação.
3. gerar informação analítica relacionada com políticas para a integração regional, influência política e desenvolvimento.
4. promover desenvolvimento com conhecimento sobre os riscos e o financiamento em sectores de desenvolvimento.
5. desenvolver as capacidades das partes intervenientes através de formação para facilitar a adopção de normas de construção e promover o reconstruir melhor.

6.0 MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO

A implementação da Estratégia e Plano de Acção de Gestão de Riscos de Desastres (DRMSAP) será coordenada pela Unidade de RRD do Secretariado da SADC em estreita colaboração com o Grupo de Trabalho Técnico interno da SADC sobre RRD e o Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da SADC. Também será facilitada uma estreita colaboração com as Agências Nacionais de Gestão de Desastres (NDMA) e Unidades de Protecção Civil (CPU) dos Estados-Membros, as CER da CUA, o Grupo de Trabalho Africano sobre RRD, e as partes interessadas regionais em matéria de gestão de riscos de desastres a todos os níveis, incluindo organizações internacionais, regionais, nacionais e locais.

É importante reforçar as capacidades e os mecanismos institucionais a nível do Secretariado e dos Estados-Membros para a implementação e coordenação eficazes da Estratégia com apoio dos IPC.

7.0 MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A capacidade de medir, monitorizar e avaliar o progresso da implementação do programa é fulcral para alcançar a RRD na região. Por conseguinte, esta Estratégia inclui um Plano de Acção (Anexo A), e um Quadro de Monitorização e Avaliação (M&A) (Anexo B). Os mesmos estão alinhados com a nova Matriz de Implementação do PdA com vista a alcançar os objectivos do SFDRR em África. O Quadro de M&A tem em conta o Monitor do Quadro de Sendai, que também está articulado com as Metas estabelecidas neste Plano.

Para se avaliar o progresso da implementação desta Estratégia e Plano de Acção, e do PdA de África, a região da SADC e cada Estado-Membro apresentarão relatórios nacionais bienais utilizando formatos e ferramentas padrão desenvolvidos pela CUA, incluindo o sistema de monitorização em linha. O Secretariado da SADC prestará apoio técnico para a compilação e análise da informação e dados recolhidos, e assegurará a integração desta informação com os sistemas regionais de gestão de informações sobre gestão de riscos de desastres. Serão considerados e adoptados outros mecanismos de monitorização, avaliação do progresso e prestação de relatórios de fonte aberta sobre a redução de riscos de desastres, conforme apropriado, incluindo os baseados no mecanismo de avaliação pelos pares.

Os relatórios de progresso periódicos consistirão em constatações, conclusões, recomendações e lições tiradas da implementação programática do DRMSAP. Haverá uma Revisão Intercalar da operacionalização do DRMSAP que proporcionará uma oportunidade para rever estratégias e resultados intermédios e, portanto, adoptar medidas de adaptação dos factores para o alcance dos objectivos de gestão de risco para a integração regional. Será efectuado uma Avaliação Final findo o período de vigência do DRMSAP, e o impacto esperado será medido.

Anexo A: Plano de Acção



Intervenções Estratégicas	Ações	Organização Líder	Resultado Intermédio Esperado	Prazo
1.1: Desenvolver capacidades de mapeamento e monitorização de riscos de desastres e realização de avaliações de riscos, vulnerabilidade e capacidade, com particular atenção aos riscos urbanos.	1.1.1: Efectuar avaliações sistemáticas regulares de riscos de desastres (compilar perfis de risco) e avaliações de vulnerabilidade utilizando instrumentos padrão para a identificação de riscos a todos os níveis.	SHOC	a) Relatórios regulares de Avaliação de Riscos de Desastres (perfis de risco).	2030
	1.1.2: Formar sectores/clusters de desenvolvimento em matéria de avaliação de riscos, análise de perfis de desastres.	SHOC	b) Sectores/clusters da SADC formados em matéria de avaliação e análise de riscos de desastres.	2030
1.2: Desenvolver ferramentas harmonizadas de recolha de informação científica para a avaliação de riscos de catástrofes, centrando-se na utilização de tecnologias e inovações geoespaciais e espaciais.	1.2.1: Adoptar normas, metodologias, modelos e ferramentas comuns de recolha, armazenamento e divulgação de informação científica para a avaliação de riscos de catástrofes.	DRRU STAG da SADC	1. Desenvolvidos e implementados instrumentos padronizados de avaliação de riscos de desastres.	2025
			2. Utilizados sectores de desenvolvimento com ferramentas e metodologias científicas para a recolha, armazenamento e divulgação de dados.	2030
1.3: Facilitar a previsão para alerta precoce, monitorização de riscos e vulnerabilidade, acção preventiva, emissão de alertas precoces e tomada de acções em tempo oportuno.	1.3.1: Desenvolver um Quadro Regional de Monitorização de Múltiplos Riscos e um mecanismo de suporte para Alertas Prévios e acordos conexos para sectores-chave.	DRRU	a) Quadro Regional de Monitorização de Múltiplos Riscos e Mecanismo de Suporte para Alerta Prévio desenvolvido.	2024

Intervenções Estratégicas	Acções	Organização Líder	Resultado Intermediário Esperado	Prazo
	1.3.2: Desenvolver o Sistema Regional de Alerta Prévio de Múltiplos Riscos com ligações interoperacionais com o AMHEWS e sistemas de alerta prévio de outras CER e nacionais.	DRRU SHOC CSC Centro regional de investigação/formação NHMS	1. Desenvolvido e implementado Sistema Regional de Alerta Prévio de Múltiplos Riscos (ciclones e secas) e Sistemas de Alerta Prévio permitindo a tomada antecipada de acção.	2025
	1.3.3: Reforçar a capacidade de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade Regional (RVAA) para alerta prévio de segurança alimentar e nutricional.	RRD FANR NVAC	a) Aplicação de ferramentas padronizadas de Avaliação e Análise de Vulnerabilidade (VAA)	2025
		RRD FANR NVAC	b) Relatório-Síntese Anual Regional sobre a Situação da Segurança Alimentar e Nutricional na SADC.	2030
1.4: Reforçada a integração da Redução de Riscos de Desastres em sectores de desenvolvimento.	1.4.1: Elaborar Directrizes para a Integração da RRD e material de formação para sectores-chave de desenvolvimento.	DRRU	a) Implementadas directrizes sectoriais de integração da RRD e elaboradas directrizes para desenvolvimento e ordenamento urbano.	2024
			b) Elaborados módulos de formação para a integração da RRD.	2024

Intervenções Estratégicas	Acções	Organização Líder	Resultados	Prazo
2.1: Promover a revisão de quadros de gestão de riscos de desastres para assegurar a formulação de políticas que respondam a questões emergentes.	2.1.1: Rever e adoptar os quadros actuais de gestão de riscos de desastres (estratégias, políticas, legislação).	DRRU EM	a) Revisão dos quadros de gestão de riscos de desastres para cobrirem questões emergentes e seu alinhamento com os instrumentos de políticas regionais e continentais.	2030
	2.1.2: Desenvolver instrumentos de coordenação transfronteiriça para riscos naturais e antropogénicos, pandemias humanas e pragas e doenças animais e vegetais.	DRRU SHOC	a) Instrumentos de coordenação transfronteiriça para riscos naturais e antropogénicos desenvolvidos.	2024

Intervenções Estratégicas	Acções	Organização Líder	Resultados	Prazo
3.1: Reforçar capacidades e recursos institucionais regionais para a gestão de riscos de desastres.	3.1.1: Operacionalizar o Centro de Operações Humanitárias e de Emergência (SHOC) da SADC e outras necessidades operacionais.	DRRU	a) Realizar um estudo de sustentabilidade do SHOC em termos de requisitos técnicos e financeiros.	2023
	3.1.2: Desenvolver o website do SHOC.	DRRU	a) Website do SHOC desenvolvido e em funcionamento.	2023
	3.1.3: Desenvolver PON por função do SHOC (por exemplo, cadeia de fornecimento, logística, TIC, Finanças e Administração, Segurança e Acesso, relatórios, comunicações, etc.)	DRRU	a) Desenvolvidos e implementados PON por função do SHOC.	2024
	3.1.4: Apetrechar e capacitar o SHOC para o pleno desempenho das suas funções.	DRRU	a) SHOC apetrechado e operacional.	2025
	3.1.5: Desenvolver o Sistema Regional de Gestão da Cadeia de Fornecimento de Ajuda Humanitária.	DRRU IFRC	a) Desenvolvido e desdobrado o Sistema Regional de Gestão da Cadeia de Fornecimento de Ajuda Humanitária.	2024
	3.1.6: Formar o pessoal do SHOC e dos Estados-Membros para o domínio do Sistema Regional de	SHOC DRRU	a) Relatório sobre o Sistema Regional de	2030

Intervenções Estratégicas	Acções	Organização Líder	Resultados	Prazo
	Gestão da Cadeia de Fornecimento de Ajuda Humanitária e sua implantação.	ICP EM	Gestão da Cadeia de Fornecimento de Ajuda Humanitária.	
3.2: Reforçadas as capacidades regionais de preparação, resposta e rápida recuperação.	3.2.1: Elaborar planos regionais de contingência para múltiplos riscos.	DRRU SHOC	a) Elaborar planos regionais orçamentados de contingência para múltiplos riscos.	2030
	3.2.2: Desenvolver e operacionalizar o sistema online de gestão da Equipa de Resposta a Emergências (ERT) da SADC.	DRRU SHOC	a) Sistema online de gestão da ERT desenvolvido e funcional.	2024
	3.2.3: Desenvolver e implementar o Programa de Formação da ERT da SADC.	DRRU SHOC	a) Desenvolvido o Programa de Formação da ERT para 2024-2030.	2024
	3.2.4: Realizar formação especializada (UNDAC, SPHRE) para a ERT da SADC.	SHOC DRRU ICP EM	Produzidos Relatórios de Formação Especializada da ERT.	2030
	3.2.5: Realizar exercícios de simulação regional (SIMEX).	SHOC DRRU ICP EM	a) Relatório de exercícios de simulação regional.	2030
3.3: Promover a utilização de produtos e serviços de financiamento contra riscos de desastres e de transferência de riscos.	3.3.1: Efectuar avaliações de opções regionais para a transferência de riscos.	DRRU	a) Desenvolver instrumentos financeiros para a integração regional a nível regional e nacional, incluindo opções para o estudo de financiamento contra riscos de desastres.	2023
3.4: Incrementado o apoio regional a Estados-Membros afectados por riscos e catástrofes naturais e antropogénicos.	3.4.1: Operacionalizar o Fundo de Preparação para Desastres para a Construção de Resiliência.	DRRU	a) Viabilizar acessibilidade ao Fundo de Preparação para Desastres por Estados-Membros afectados por desastres.	2030
3.5: Reforçar as capacidades regionais para o acesso aos fundos mundiais para a redução de riscos de desastres, a adaptação às alterações climáticas e o reforço de resiliência.	3.5.1: Promover a integração do acesso regional e nacional a financiamento e fundos mundiais, continentais e regionais para o clima.	DRRU	a) Apoiar a integração da RRD nas Circunstâncias Determinadas a Nível Nacional (NDC), nos Planos Nacionais de Adaptação (NAP) e nas Medidas de	2028

Intervenções Estratégicas	Ações	Organização Líder	Resultados	Prazo
3.6: Reforçar o investimento na adaptação às alterações climáticas e na criação de resiliência face a riscos.	3.6.1: Investimentos regionais e nacionais através do desenvolvimento para adaptação às alterações climáticas e criação de resiliência face a riscos.	SADC EM	Mitigação Adequadas a Nível Nacional (NAMA). a) Dotações orçamentais nacionais para o desenvolvimento para a RRD e o reforço da resiliência para programas e projectos.	2030
3.7: Reforçar o desenvolvimento de informação sobre perdas e danos para a política de gestão de riscos de desastres e eficácia operacional.	3.7.1: Desenvolver mecanismos de notificação de perdas e danos de desastres.	DRRU EM	a) Desenvolvidos e implementados mecanismos de comunicação de perdas e danos em caso de desastres.	2027
			b) Base de dados regional de perdas e danos desenvolvida e eficazmente gerida de acordo com as normas internacionais.	2028
			c) Evidência e análise da influência dos Relatórios de Perdas e Danos na integração regional.	2030

Intervenções Estratégicas	Ações	Organização líder	Resultados	Prazo
4.1: Reforçar a adopção e o uso de tecnologias inovadoras em matéria de DRR.	i) Desenvolver e implementar o Programa Regional de Inovação em matéria de Redução de Riscos de Desastres	DRRU	1. Efectuada avaliação das necessidades regionais em matéria de inovação para a gestão de riscos de desastres e providos contributos para o desenvolvimento de um Programa de Inovação. 2. Programa Regional de Inovação em matéria de Redução de Riscos de Desastres elaborado e implementado.	2024 2024
4.2: Reforçar o compromisso político e a partilha e divulgação de informação sobre gestão de riscos de desastres.	4.2.1: Programa da Política Regional de Gestão de Riscos de Desastres (2020-2030) implementado através do Mecanismo de Avaliação pelos Pares.	DRRU	a) Estados-Membros da Região a interagir e participar voluntariamente nas Avaliações pelos Pares da Gestão de Riscos de Desastres para influenciar políticas e partilhar conhecimentos. b) Realizado Fórum Bianual sobre Gestão de Riscos de Desastres.	2025 2024
4.3: Promover a partilha e divulgação regional de informação sobre gestão de riscos de desastres.	4.3.1: Recolher dados e informações regionais sobre gestão de riscos de desastres para fundamentar análises que influenciam o desenvolvimento de políticas e reforçam as práticas operacionais.	DRRU	a) Produzir e divulgar o Relatório Bienal Regional sobre Gestão de Riscos de Desastres. b) Contribuir para produção do Relatório Bienal Africano sobre a Gestão de Riscos de Desastres	2030
		DRRU UA CER		

Intervenções Estratégicas	Acções	Organização líder	Resultados	Prazo
4.4: Promover investigação e parcerias sobre gestão de riscos de desastres e divulgação de informação.	4.4.1: Estabelecer o Grupo Consultivo Regional de Ciência e Tecnologia (STAG da SADC).	DRRU EM Instituições de investigação e académicas Sector privado DRRU	a) STAG da SADC estabelecido e a funcionar.	2025
4.5: Abordar, numa base anual, com outras Comunidades Económicas Regionais (CER), questões sobre RRD e Adaptação às Alterações Climáticas para aprendizagem e partilha de informação.	4.5.1: Interação, participação activa e contribuição em plataformas da UA, mundiais e regionais.		a) Prestar contributos em fóruns mundiais, continentais e regionais de transformação da gestão de riscos de desastres.	2030

Intervenções Estratégicas	Acções	Organizações líderes	Resultados	Prazo
5.1: Criar capacidades de planeamento e recuperação estratégica de riscos de desastres.	5.1.1: Realizar formação sobre avaliação de necessidades pós-desastre para diferentes sectores de desenvolvimento.	DRRU ICP	Capacidades regionais e nacionais de realização de avaliação de necessidades pós-desastre (PDNA).	2030
5.2: Promover desenvolvimento com conhecimento sobre os riscos.	5.1.2: Promover a adopção de desenvolvimento baseado no risco em intervenções de integração regional.	DRRU ICP EM	a) RRD em processos e planos de recuperação multisectoriais de RRD.	2027

Anexo B: Quadro de Monitorização e Avaliação



O objectivo estratégico do Quadro de M&A está alinhado com as prioridades do Quadro de Sendai e os Objectivos Estratégicos de Gestão de Riscos de Desastres do Plano de Implementação do RISDP 2020-2030

Prioridade Estratégica 1: Compreensão dos riscos de desastres							
Intervenções Estratégicas	Ação	Indicador	Base de referência	Metas	Responsável	Meios de verificação	Prazo
1.1: Desenvolvimento de capacidades de mapeamento e monitorização de riscos de desastres e realização de avaliações de riscos, vulnerabilidade e capacidade, com particular atenção aos riscos urbanos.	1.1.1: Efectuar avaliações sistemáticas regulares de riscos de desastres (compilar perfis de risco) e avaliações de vulnerabilidade utilizando instrumentos padrão para a identificação de riscos a todos os níveis.	Número de Relatórios regulares de Avaliação de Riscos de Desastres produzidos.	0	2	SHOC	Relatório Anual da DRRU da SADC	2030
	1.1.2: Formar sectores/clusters de desenvolvimento em matéria de avaliação de riscos, análise de perfis de desastres.	Número de sectores de desenvolvimento formados em matéria de definição de perfis de risco.	0	3	SHOC	Relatório Anual do SHOC, Relatório Anual da DRRU da SADC	2030
1.2: Desenvolvimento de ferramentas científicas harmonizadas de recolha de informações para a avaliação de riscos, com foco no uso de tecnologias e inovações geospaciais e espaciais.	1.2.1: Adoptar normas, metodologias, modelos e ferramentas comuns de recolha, armazenamento e divulgação de informação científica para a avaliação de riscos de catástrofes.	Elaborado um compêndio de avaliação padronizada de riscos de desastres.	Não	Sim	DRRU ICP	Projecto da Iniciativa Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (GIDRM) Relatório Anual da DRRU da SADC	2025
1.3: Previsão para alerta prévio, acção preventiva, avaliação de riscos e vulnerabilidade, emissão atempada de alertas prévios e tomada de acções em tempo oportuno.	1.3.1: Desenvolver um Quadro Regional de Monitorização de Múltiplos Riscos e um mecanismo de suporte para Alertas Prévios e acordos conexos para sectores-chave.	Quadro Regional de Monitorização de Múltiplos Riscos e Acordo de Suporte para Alerta Prévio	Não	Sim	DRRU	Relatório do Projecto da Iniciativa Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRMSS) Relatório Anual da DRRU da SADC	2024

Prioridade Estratégica 1: Compreensão dos riscos de desastres							
Intervenções Estratégicas	Ação	Indicador	Base de referência	Metas	Responsável	Meios de verificação	Prazo
	1.3.2: Desenvolver o Sistema Regional de Alerta Prévio de Múltiplos Riscos com ligações interoperacionais com o AMHEWS e sistemas de alerta prévio nacionais.	Sistema de Aviso Prévio de Múltiplos Riscos.	Não	Sim	DRRU SHOC CSC Centro regional de investigação/formação NHMS	Relatório do Projecto da Iniciativa 2025 Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRMSS) Relatório Anual da DRRU da SADC	
	1.3.3: Reforçar a capacidade de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade Regional (RVAA) para alerta prévio de segurança alimentar e nutricional.	Plataforma regional de VAA de monitorização de riscos e vulnerabilidade	Não	Sim	RRD FANR NVAC	Relatório Anual da DRRU da SADC	2025
		Número de países que cooperam na partilha e divulgação de dados e informações para Avaliação e Análise da Vulnerabilidade (VAA).	12	14	RRD FANR NVAC	Relatório-Síntese Anual sobre a Situação da Segurança Alimentar	2030
1,4: Reforçada a integração da Redução de Riscos de Desastres nos sectores de desenvolvimento.	1.4.1: Elaborar Directrizes para a Integração da RRD e material de formação em sectores-chave de desenvolvimento.	Elaboradas Directrizes para a Integração de RRD para o desenvolvimento e ordenamento urbano	6	7	DRRU	Relatório do Projecto da Iniciativa 2024 Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRMSS) Relatório Anual da DRRU da SADC	
		Elaborados Directrizes para a Integração de RRD para sectores chave2	0	7	DRRU	Relatório do Projecto da Iniciativa 2024 Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRMSS) Relatório Anual da DRRU da SADC	

2 Agricultura e Segurança Alimentar, Infra-estruturas (Água, Energia e Transportes Rodoviários) Educação, Género, Água, Saneamento e Higiene Sanitária (WASH), Resiliência Urbana

Prioridade Estratégica 1: Compreensão dos riscos de desastres							
Intervenções Estratégicas	Ação	Indicador	Base de referência	Metas	Responsável	Meios de verificação	Prazo

e Módulos de aprendizagem

Prioridade Estratégica 2: Reforço da governação de riscos de desastres e da institucionalização da gestão de riscos de desastres							
Intervenções Estratégicas	Ações	Indicador	Base de referência	Metas	Responsável	Meios de verificação	Prazo

2.1: Promover a revisão de quadros para a formulação de políticas de gestão de riscos de desastres que respondam a questões emergentes.	2.1.1: Revisão e adaptação dos quadros actuais de gestão de riscos de desastres (estratégias, políticas, legislação).	Percentagem de Estados-Membros com quadros actualizados para gerir questões emergentes	Por confirmar	80%	DRRU EM	Relatório do Projecto da Iniciativa Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRMSS) Relatório Anual da DRRU da SADC	2030
---	---	--	---------------	-----	------------	---	------

	2.1.2: Desenvolver instrumentos de coordenação transfronteiriça para riscos naturais e antropogénicos, pandemias humanas e pragas e doenças animais e vegetais.	Número de instrumentos de coordenação transfronteiriça para riscos naturais e antropogénicos desenvolvidos e implementados.	0	3	DRRU SHOC	Relatório do Projecto da Iniciativa Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRMSS) Relatório Anual da DRRU da SADC	2024
--	---	---	---	---	--------------	---	------

Prioridade Estratégica 3: Investimento na redução dos riscos de desastres							
Intervenções Estratégicas	Ações	Indicador	Base de referência	Metas	Responsável	Meios de verificação	Prazo

3.1: Melhorar capacidades e recursos institucionais regionais para a gestão de riscos de desastres .	3.1.1: Operacionalizar o Centro de Operações Humanitárias e de Emergência (SHOC) da SADC e outras necessidades operacionais.	Plano de Sustentabilidade para o SHOC	Não	Sim	DRRU SHOC	Relatório do Projecto da Iniciativa Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRMSS) Relatório Anual da DRRU da SADC	2023
--	--	---------------------------------------	-----	-----	--------------	---	------

	3.1.2: Desenvolver o website do SHOC.	Website do SHOC	Não	Sim	DRRU SHOC	Relatório do Projecto da Iniciativa Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRMSS) Relatório Anual da DRRU da SADC	2023
--	---------------------------------------	-----------------	-----	-----	--------------	---	------

Prioridade Estratégica 3: Investimento na redução dos riscos de desastres							
Intervenções Estratégicas	Ações	Indicador	Base de referência	Metas	Responsável	Meios de verificação	Prazo
3.2: Reforçadas as capacidades regionais de preparação, resposta e rápida recuperação.	3.1.3: Desenvolver PON por função do SHOC (por exemplo, cadeia de fornecimento, logística, TIC, Finanças e Administração, Segurança e Acesso, relatórios, comunicações, etc.)	Número de PON por função do SHOC	3	7	DRRU SHOC	Relatório do Projecto da Iniciativa 2024 Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRMSS) Relatório Anual da DRRU da SADC	
	3.1.4: Apetrechar e capacitar o SHOC para o pleno desempenho das suas funções.	Equipamento do SHOC adquirido, instalado e funcional	Não	Sim (com base nas especificações identificadas)	DRRU SHOC	Relatório do Projecto da Iniciativa 2025 Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRMSS) Relatório Anual da DRRU da SADC	
	3.1.5: Desenvolver o Sistema Regional de Gestão da Cadeia de Fornecimento de Ajuda Humanitária.	Sistema Regional de Gestão da Cadeia de Fornecimento de Ajuda Humanitária	Não	Sim	SHOC DRRU	Relatório do Projecto da Iniciativa 2024 Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRMSS) Relatório Anual da DRRU da SADC	
	3.1.6: Formar o pessoal do SHOC e dos Estados-Membros para o domínio do Sistema Regional de Gestão da Cadeia de Fornecimento de Ajuda Humanitária e sua implantação.	Número de intervenções de ajuda humanitária realizadas através do mecanismo regional de preparação e resposta.	0	12	SHOC DRRU ICP EM	Relatório do Projecto da Iniciativa 2030 Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRMSS) Relatório Anual da DRRU da SADC	
	3.2.1: Elaborar planos regionais de contingência para múltiplos riscos.	Elaborados planos regionais de contingência para múltiplos riscos.	0	: 8	DRRU SHOC	Relatório do Workshop de Preparação Anual Relatório Anual da DRRU da SADC	2030
	3.2.2: Desenvolver e operacionalizar o sistema online de gestão da Equipa de Resposta a Emergências (ERT) da SADC.	Sistema online de gestão da ERT funcional	Não	Sim	DRRU SHOC	Relatório Anual do SHOC	2024
3.2.3: Desenvolver e implementar o Programa de Formação da ERT da SADC.	Programa de Formação da ERT, 2024-2030	Não	Sim	DRRU SHOC	Relatório do Projecto da Iniciativa 2024 Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRMSS) Relatório Anual da DRRU da SADC		

Prioridade Estratégica 3: Investimento na redução dos riscos de desastres							
Intervenções Estratégicas	Acções	Indicador	Base de referência	Metas	Responsável	Meios de verificação	Prazo
	3.2.4: Realizar formação especializada (UNDAC, SPHERE) para a ERT da SADC.	Número de acções de formação especializada realizadas para a ERT	0	3	SHOC DRRU ICP EM	Relatório do Projecto da Iniciativa 2030 Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRMSS) Relatório Anual da DRRU da SADC	
	3.2.5: Realizar exercícios de simulação regional (SIMEX).	Número de SIMEX regionais realizados	1	3	SHOC DRRU ICP EM	Relatório do Projecto da Iniciativa 2030 Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRMSS) Relatório Anual da DRRU da SADC	
3.3: Promover a utilização de produtos e serviços de financiamento contra riscos de desastres e de transferência de riscos.	3.3.1: Efectuar avaliações de opções regionais para a transferência de riscos.	Nota Conceptual sobre o Desenvolvimento de Instrumentos Financeiros para a integração regional a nível regional e nacional, incluindo opções para riscos de desastres	Não	Sim	DRRU	Relatório do Projecto da Iniciativa 2023 Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (SFRII) Relatório Anual da DRRU da SADC	
3.4: Incrementado o apoio regional a Estados-Membros afectados por riscos e catástrofes naturais e antropogénicos.	3.4.1.: Operacionalizar o Fundo de Preparação para Desastres para a Construção de Resiliência.	Número de intervenções aos Estados-Membros realizadas através do Fundo de Preparação para Desastres	0	12	DRRU	Relatório Anual da DRRU da SADC 2030	
3.5: Reforçar as capacidades regionais para o acesso aos fundos mundiais para a redução de riscos de desastres, a adaptação às alterações climáticas e o reforço de resiliência.	3.5.1: Promover a integração do acesso regional e nacional a financiamento e fundos mundiais, continentais e regionais para o clima.	Número de Estados-Membros que implementam intervenções através de mecanismo de financiamento para o clima	0	12	DRRU	Relatório Anual da DRRU da SADC 2028	

Prioridade Estratégica 3: Investimento na redução dos riscos de desastres							
Intervenções Estratégicas	Acções	Indicador	Base de referência	Metas	Responsável	Meios de verificação	Prazo
3.6: Reforçar o investimento na adaptação às alterações climáticas e na criação de resiliência face a riscos.	3.6.1: Investimentos regionais e nacionais através do desenvolvimento para adaptação às alterações climáticas e criação de resiliência face a riscos.	Número de Estados- Membros com dotações orçamentais nacionais para a RRD	0	12	DRRU	Relatório do Projecto da Iniciativa 2030 Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (GIDRM) Relatório Anual da DRRU da SADC	
3.7: Reforçar o desenvolvimento de informação sobre perdas e danos para a política de gestão de riscos de desastres e eficácia operacional.	3.7.1: Desenvolver mecanismos de notificação de perdas e danos de desastres.	Número de Estados- Membros formados em matéria de gestão e comunicação de informação sobre perdas e danos	0	12	DRRU SHOC	Relatório Anual da DRRU da SADC 2027	
		Desenvolvido Banco de Dados Regional de Perdas e Danos	Não	Sim	DRRU SHOC EM	Relatório Anual da DRRU da SADC 2028	
		Produzidas provas de análise de Perdas e Danos para integração regional.		2	DRRU	Relatório Anual da DRRU da SADC 2030	

Prioridade Estratégica 4: Inovação e gestão do conhecimento em matéria de riscos de desastres.							
Intervenções Estratégicas	Acções	Indicador	Base de referência	Metas	Responsável	Meios de verificação	Prazo
4.1: Reforçar a adopção e o uso de tecnologias inovadoras em matéria de DRR.	i) Desenvolver e implementar o Programa Regional de Inovação em matéria de Redução de Riscos de Desastres	Relatório regional de avaliação da inovação em matéria de gestão de riscos de desastres	Não	Sim	DRRU	Relatório do Projecto da Iniciativa Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRMSS) Relatório Anual da DRRU da SADC	2024

Prioridade Estratégica 4: Inovação e gestão do conhecimento em matéria de riscos de desastres.							
Intervenções Estratégicas	Acções	Indicador	Base de referência	Metas	Responsável	Meios de verificação	Prazo
		Programa Regional de Inovação em matéria de Redução de Riscos de Desastres	Não	Sim	DRRU	Relatório do Projecto da Iniciativa Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRMSS)	2025
		Número de inovações aplicadas no mecanismo regional de prontidão e resposta	0	3	DRRU SHOC	Relatório Anual da DRRU da SADC Relatório do Projecto da Iniciativa Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRMSS)	2026
4.2: Reforçar o compromisso político e a partilha e divulgação de informação sobre gestão de riscos de desastres.	4.2.1: Programa da Política Regional de Gestão de Riscos de Desastres (2020-2030) implementado através do Mecanismo de Revisão pelos Pares.	Número de Estados-Membros que participaram em Avaliações pelos Pares	2	14	DRRU	Relatórios de Avaliação pelos Pares	2025
		Número de relatórios bianuais de gestão de riscos de desastres	0	3	DRRU	Relatório Anual da DRRU da SADC	2030
4.3: Promover a partilha e divulgação regional de informação sobre gestão de riscos de desastres.	4.3.1: Recolher dados e informações regionais sobre gestão de riscos de desastres para fundamentar análises que influenciam o desenvolvimento de políticas e reforçam as práticas operacionais nos Estados-Membros.	Número de países a interagir na plataforma regional do IMS de gestão de riscos de desastres	2	14	DRRU	Relatório Anual da DRRU da SADC	2030
		Número de contribuições regionais para o Relatório Bianual Africano de DRM	1	3	DRRU	Relatório Bianual da UA sobre RRD	2030

Prioridade Estratégica 4: Inovação e gestão do conhecimento em matéria de riscos de desastres.							
Intervenções Estratégicas	Acções	Indicador	Base de referência	Metas	Responsável	Meios de verificação	Prazo
4.4: Promover investigação e parcerias sobre gestão de riscos de desastres e divulgação de informação.	4.4.1: Estabelecer o Grupo Consultivo Regional de Ciência e Tecnologia (STAG da SADC).	Existência do STAG da SADC	Não	Sim	DRRU EM Instituições de investigação Sector privado	Relatório Anual da DRRU da SADC	2027
4.5: Abordar, numa base anual, com outras Comunidades Económicas Regionais (CER), questões sobre RRD e Adaptação às Alterações Climáticas para aprendizagem e partilha de informação.	4.5.1: Interação, participação activa e contribuição em plataformas da UA, mundiais e regionais.	Número de plataformas mundiais, continentais e regionais.	GPDRR Base de Referência: 6	GPDRR Meta: 4 AWGDRR Meta: 14	DRRU SHOC	Relatório de Missão da DRRU Relatórios de Missão do SHOC	2030

Prioridade Estratégica 5: Reforço das intervenções de recuperação de riscos de desastre (reconstruir melhor)							
Intervenções Estratégicas	Acções	Indicador	Base de referência	Metas	Responsável	Meios de verificação	Prazo
5.1: Criar capacidades de planeamento e recuperação estratégica de riscos de desastres.	5.1.1: Realizar formação sobre avaliação de necessidades pós-desastre para diferentes sectores de desenvolvimento.	Número de avaliações de necessidades pós-desastre (PDNA) e Quadros de recuperação desenvolvidos e operacionalizados	1	3	DRRU ICP	Relatório Anual da Unidade de RRD da SADC	2028
5.2: Promover desenvolvimento com conhecimento dos riscos.	5.1.2: Promover a adopção de desenvolvimento baseado no risco em intervenções de integração regional.	Número de sectores de desenvolvimento com mecanismo para a integração da RRD	0	2	DRRU ICP	Relatório do Projecto da Iniciativa Global sobre Gestão de Riscos de Desastres (GIDRM) Relatório Anual da Unidade de RRD da SADC	2027

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UNIÃO AFRICANA. 2016. Quadro de Monitorização e Prestação de Relatórios para o Programa de Acção para a Implementação do Quadro de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres (2015-2030) em África: Lista de Indicadores e Critérios de Avaliação de Indicadores. Addis Ababa: CUA.

UNIÃO AFRICANA. 2016. Programa de Acção para a Implementação do Quadro de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres (2015- 2030) em África. Estratégia Regional Africana para a Redução de Riscos de Desastres. Addis Ababa: CUA.

UNIÃO AFRICANA. 2018. Programa de Acção para a Implementação do Quadro de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres (2015- 2030) em África. Quadro de Monitorização e Apresentação de Relatórios. Addis Ababa: CUA.

UNIÃO AFRICANA. 2019. Relatório Africano sobre a Redução de Riscos de Desastres (2015 - 2018). Addis Ababa: CUA.

COMESA. 2019. Quadro Regional de Resiliência do COMESA Lusaka, Zâmbia.

DLAMINI, N., GAMEDZE, S., KALONGA, C. & GINA, S. 2019. Lições Aprendidas do Ciclone Tropical Idai. Algumas perspectivas de Estados-Membros afectados e Parceiros sobre a resposta ao Ciclone Tropical IDAI. Gaborone, Botswana

GOVERNO DO MALAWI. 2019. Avaliação das Necessidades Pós-Desastre (PDNA) das Cheias de 2019 no Malawi. Malawi.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. 2019. Avaliação das Necessidades Pós Desastre do Ciclone Idai em Moçambique. Maputo, Moçambique

GOVERNO DO ZIMBABWE. 2019. Avaliação Rápida do Impacto e das Necessidades (RINA) do Zimbabwe. Harare, Zimbabwe.

PLATAFORMA GLOBAL PARA A REDUÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES. 2022. Resumo dos Co-Presidentes: Do Risco à Resiliência: Rumo ao Desenvolvimento Sustentável para Todos num Mundo Transformado pela COVID-19. Agenda de Bali para a Resiliência, Indonésia.

IGAD. 2019. Estratégia Regional da IGAD para a Gestão de Desastres 2019-2030. Mombasa, Quênia.

Comité Permanente Interinstitucional e Comissão Europeia. 2022. Relatório de INFORM, 2022: Partilha de evidências para a gestão de crises e desastres. EUR31081. Luxemburgo, União Europeia.

LIPPER, L. & BENTON, T.G. 2020. Mega-tendências na Região da África Austral. Futuros da SADC: Desenvolver a Capacidade de Previsão para a Série de Conhecimentos sobre Desenvolvimento Agrícola Resiliente ao Clima. Wageningen, Países Baixos.

SADC. 2020a. Relatório de Avaliação Situacional do Risco Regional de Desastres para apoiar os Mecanismos Institucionais e de Coordenação em matéria de Preparação e Resposta a Desastres. Gaborone, Botswana

SADC. 2020b. Consultoria para a Prestação de Apoio para o Reforço dos Mecanismos Institucionais e de Coordenação Regionais da SADC em matéria de Preparação e Resposta a Desastres (SADC DPRIM). Roteiro para o Trânsito de Recursos de Ajuda Humanitária. Gaborone, Botswana

SADC. 2020c. Concepção do Fundo de Preparação e Resposta para Situações de Desastre (DRP): Estratégia de Mobilização de Recursos. Gaborone, Botswana

SADC. 2020d. Fundo de Preparação e Resposta para Situações de Desastre (Concepção do Fundo: Sistema de Monitorização e Avaliação). Gaborone, Botswana

SADC. 2020e. Estratégia e Plano de Acção da SADC para o Combate às Alterações Climáticas (2020-2030). Gaborone, Botswana

SADC. 2020f. Fundo de Redução de Riscos de Desastres da SADC. Conceito e Concepção do Fundo. Gaborone, Botswana

SADC. 2020g. Quadro Regional de Resiliência da SADC, 2020-2030. SADC/RRD/1/2020/5. Gaborone, Botswana

SADC. 2021a. Concepção do Fundo de Preparação e Resposta para Situações de Desastre (DPR): Plano de Sustentabilidade Financeira. Preparação e Resposta Regional da SADC para Situações de Desastres: SADC/3/5/2/55. Gaborone, Botswana

SADC. 2021b. Integração da Redução de Riscos de Desastres nos sectores de Agricultura, Segurança Alimentar e Nutrição. Gaborone, Botswana

SADC. 2022. Relatório anual de desempenho 2021/2022 Gaborone, Botswana

SPALIVIERO, M., STRAUS, F., ANGELONE, S., ISMAIL, A., KITA, S., CHILESHE, A., FRANCONI, A., ZARDO, L., ROCHELL, K., VOIPIO, P., DE LILLA, A., GUAMBE, M., JANGIA, D., DE FARIA, J., GUARNERI, M., SINGH, P., DE COSMO, S., DINGEL, C., KUMAPLEY, T., CORRALES, L., SENTIERI, E., CARDOSO, L., GINA, S. & WETZEL, I. 2022. Avaliação Regional da Vulnerabilidade e Resiliência Urbana nos Estados-Membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. Reforço de Capacidades para a Redução da Vulnerabilidade Urbana e a Criação de Resiliência na África Austral. Nairóbi, Quênia

UNDRR. 2015. Declaração de Sendai dos Governos Locais e Subnacionais "Assegurar uma Maior Resiliência a Desastres no Mundo Urbano". Conferência Mundial da ONU sobre a Redução de Riscos de Desastres. Sendai, Japão.

UNDRR. 2015. Quadro de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres (2015-2030). Genebra, Suíça

UNDRR. 2019. Relatório de Avaliação Global da Redução de Riscos de Desastres. Genebra, Suíça

UNDRR. 2022. Relatório de Avaliação Global da Redução de Riscos de Desastres, 2022. O nosso mundo em risco: Transformar a Governação para um Futuro Resiliente. Genebra, Suíça

BANCO MUNDIAL. 2019. Integração da Perspectiva de Género na Gestão de Riscos de Desastres com Enfoque na União Africana e nas Comunidades Económicas Regionais: ECCAS, CEDEAO, IGAD & SADC – Uma Análise Bibliográfica:. Washington DC.



SADC Headquarters
Plot No. 54385
Central Business District
Private Bag 0095
Gaborone, Botswana
Tel: +267 395 1863
Fax: +267 397 2848
Email: registry@sadc.int
Website: www.sadc.int

@2023 SADC Secretariat

